



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**ABORDAGEM DE TEMÁTICAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO JORNAL
“GAZETA DE SERGIPE” (1968-1978)**

MAYRA FERREIRA BARRETO

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2020

MAYRA FERREIRA BARRETO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, sob orientação do Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2020

Aprovada em:_____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Membro Interno: _____

Prof.^a Dr.^a Andreza Santos Cruz Maynard
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Membro Externo: _____

Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita
Universidade Tiradentes – UNIT

Membro Suplente: _____

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto
Universidade Federal de Sergipe – UFS

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

B273a Barreto, Mayra Ferreira
Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no Jornal
"Gazeta de Sergipe" (1968 – 1978) / Mayra Ferreira Barreto;
orientador Joaquim Tavares da Conceição. – São Cristóvão, SE,
2020.
100 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) –
Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. História. 2. História – Estudo e ensino. 3. Ditadura. 4.
Sergipe – História – 1968 – 1978. 5. Gazeta de Sergipe (Jornal). I.
Conceição, Joaquim Tavares, orient. II. Título.

CDU 930:37.012(813.7)

*Em memória de Manoel Muniz Barreto e Misael Barreto.
(Meus amados avôs).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir que eu nunca desistisse dos meus sonhos;

Ao Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, pela paciência e orientação;

À Universidade Federal de Sergipe, pela oportunidade;

Às Professoras Dr.^a Andreza Santos Cruz Maynard e Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita, pelo carinho e pelas sugestões dadas no exame de qualificação e defesa que permitiram a finalização deste texto;

Ao meu esposo Davi, pela sua companhia durante essa caminhada;

Aos meus pais José Américo e Marize, ao apoio incondicional;

Aos amigos do ProfHistória, pelo incentivo e partilha dos conhecimentos;

Gratidão!

RESUMO

A pesquisa apresenta reflexões a respeito da utilização de jornais sergipanos como fonte para o ensino de história nos anos finais do ensino fundamental, valorizando-os como potencial didático para a aprendizagem histórica, especialmente na abordagem de temáticas e/ou objetos do conhecimento (BNCC, 2019), relacionadas com o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O periódico escolhido foi a *Gazeta de Sergipe*, jornal que teve grande circulação na capital no período estudado, além de estar digitalizado e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs), acessível no seguinte endereço: jornaisdesergipe.ufs.br/. O trabalho tem como objetivos: discutir questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História; contribuir para a valorização das questões históricas locais relacionadas à temática nacional; e entender de que maneira a *Gazeta de Sergipe* retratava a Ditadura Civil-Militar para a sociedade sergipana. A pesquisa dialoga com estudos da educação histórica, em particular, aos de Rüsen (2006); Isabel Barca (2001, 2004, 2006); Peter Lee (2006); Schmidt (2009); Germinari (2011); Barbosa (2007). Como proposta metodológica a pesquisa está dividida nas seguintes etapas: análise de todas as edições da *Gazeta de Sergipe* entre os anos de 1968 e 1978, catalogação das matérias selecionadas e suas divisões em quatro eixos temáticos: “Propagação do ideário da ‘Revolução de 1964’ ao povo sergipano”; “Resistências à Ditadura”; “Os Atos Institucionais do Regime Militar” e “Em nome do Desenvolvimento Econômico”. O produto final da pesquisa é a produção de um caderno de atividades, com propostas e roteiros a serem exploradas e utilizadas pelos estudantes com a ajuda do professor. O produto permitirá ao docente de história discutir de forma crítica com os estudantes representações a respeito da Ditadura Civil-Militar no Brasil e suas relações com o presente, além de que eles compreendam aspectos da produção do conhecimento historiográfico e observem na prática a utilização do método histórico investigativo.

Palavras-chave: Ensino de História. Fontes Históricas. *Gazeta de Sergipe*. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

The research presents reflections regarding the use of Sergipe newspapers as a source for the teaching of history in the final years of elementary school, valuing them as a didactic potential for historical learning, especially in the approach of themes and / or objects of knowledge (BNCC, 2019), related to the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil. The chosen journal was *Gazeta de Sergipe*, a newspaper that had a large circulation in the capital during the period studied, in addition to being digitalized and made available by the Library System of the Federal University of Sergipe (Sibiufs), accessible at the following address: newspapersdesergipe.ufs.br/. The work aims to: discuss issues related to the use of Sergipe journalistic sources as a didactic resource in the teaching of History; contribute to the valorization of local historical issues related to the national theme; and understand how the *Gazeta de Sergipe* portrayed the Civil-Military Dictatorship for society in Sergipe. The research dialogues with studies in the field of historical education, in particular, with the studies of Rüsen (2006); Isabel Barca (2001, 2004, 2006); Peter Lee (2006); Schmidt (2009); Germinari (2011); Barbosa (2007). As a methodological proposal, the research is divided into the following stages: analysis of all editions of *Gazeta de Sergipe* between the years 1968 and 1978, cataloging the selected articles and dividing them into four thematic axes: "Propagating the ideas of the '1964 Revolution' to the people of Sergipe"; "Resistances to the Dictatorship"; "The Institutional Acts of the Military Regime" and "In the name of Economic Development". The final product of the research is the production of an activity notebook, with proposals and scripts to be explored and used by students with the help of the teacher. The product will allow the history teacher to discuss critically with students representations about the Civil-Military Dictatorship in Brazil and its relations with the present, as well as that they understand aspects of the production of historiographic knowledge and observe in practice the use of the method investigative history.

Keywords: History Teaching. Historical Sources. Sergipe Gazette. Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AI-5 - Ato Institucional nº 05

GS - Gazeta de Sergipe

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais

Arena - Aliança Renovadora Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

CNV - Comissão Nacional da Verdade

IHGSE - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Sibiufs - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional de Estudantes

PIB - Produto Interno Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda da Prefeitura de Aracaju.....	34
Figura 2 – Propaganda do Governo do Estado.....	35
Figura 3 – Capa do jornal sobre as prisões de deputados sergipanos suspeitos de corrupção.....	36
Figura 4 – Discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe (1970)	41
Figura 5 – Editorial sobre as primeiras prisões efetuadas pela “Revolução de 1968”	44
Figura 6 – Prisão de Marcos Antônio Azevedo e Fausto Machado Freire envolvidos em “subversão” (1969)	49
Figura 7 – Matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, publicada no jornal <i>Gazeta de Sergipe</i> (1971)	52
Figura 8 – Nota divulgada pelo governador Abreu Sodré sobre a “Revolução de 64”	58
Figura 9 – Tabela indicando as estimativas de publicações (livros e revistas) examinadas/vetadas entre 1970 e 1982.....	60
Figura 10 – Tabela sobre o quadro geral da Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos políticos.....	61
Figura 11 – Tabela indicando o número de denúncias de tortura entre os anos de 1964 e 1977	62
Figura 12 – Editorial sobre a “Revolução de 68” e o combate à corrupção.....	64
Figura 13 – Prisões de três estudantes acusados de distribuírem panfletos “subversivos” na cidade de Aracaju/SE (1968).....	68
Figura 14 – Operação de Militares do Exército para prender agentes “subversivos” (1969)	70
Figura 15 – Apresentação dos “recordes” econômicos e sociais do Brasil em 1972.....	75
Figura 16 – Tabela “O ‘milagre’ brasileiro”.....	78
Figura 17 – Tela inicial do acervo de jornais sergipanos.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fontes catalogadas no jornal <i>Gazeta de Sergipe</i>	12
Quadro 2 - Conteúdo, competências e habilidades do 9º ano abordados no Caderno de Atividades	56
Quadro 3 - Transcrição do documento “Abreu Sodré: Revolução deve prosseguir”	59
Quadro 4 - Transcrição do documento: “Primeira Limpeza”	65
Quadro 5 - Transcrição do documento: “Estudantes Universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem”	69
Quadro 6 -Transcrição do documento: “Tiroteio entre subversivos e militares deixa 1 morto”	71
Quadro 7 - Trecho do depoimento de Paula Bezerril, membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à Comissão Nacional da Verdade no dia 22 de maio de 2013	72
Quadro 8 - Transcrição do documento: “Brasil 72: Retrospecto”	76
Quadro 9 - Texto da autora Nadine Habert, “Milagre foi sobreviver”, publicado no livro <i>A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira</i> (2001)	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SEÇÃO I- O USO DOS JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NA SALA DE AULA	26
2.1 Ensino de História e o trabalho com fontes	26
2.2 As Fontes históricas na educação histórica	30
2.3 Conhecendo a fonte jornalística Gazeta de Sergipe	32
3 SEÇÃO II- REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NOS JORNAIS SERGIPANOS (1968-1978).....	39
3.1 Propagação do ideário da “Revolução de 1964” ao povo brasileiro	39
3.2 Os Atos Institucionais na ditadura	43
3.3 Resistências à Ditadura Civil-Militar	45
3.4 Em nome do “desenvolvimento” econômico	50
4 SEÇÃO III- TRABALHANDO COM NOTÍCIAS DE JORNAL EM SALA DE AULA	54
4.1 CADERNOS DE ATIVIDADES	55
4.1.1 Apresentação	55
4.1.2 A abordagem da BNCC neste caderno de atividades	56
4.1.3 Atividades de interpretação de documento	56
4.1.3.1 Atividade 1	56
4.1.3.2 Atividade 2	63
4.1.3.3 Atividade 3	66
4.1.3.4 Atividade 4	73
4.1.3.5 Atividade 5	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta proposta de utilização de fontes jornalísticas como recurso didático para o ensino de história, especialmente nas abordagens de temáticas relacionadas ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para a realização deste trabalho foram selecionadas edições do jornal *Gazeta de Sergipe* entre os anos de 1968 e 1978. A escolha do recorte temporal decorre do interesse em trabalhar com as representações do periódico adotado a respeito dos “anos de chumbo” e o chamado “milagre econômico”.

As edições da *Gazeta de Sergipe* encontram-se digitalizadas e disponíveis para pesquisa no endereço eletrônico <http://jornaisdesergipe.ufs.br>. Neste *site*, o professor pode encontrar vários exemplares de jornais do estado de Sergipe entre os séculos XIX e XX. Esta iniciativa faz parte de uma parceria entre o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs). No acervo *on-line* é possível fazer a pesquisa pelo título ou pela data de publicação do jornal, que facilita bastante a tarefa do historiador e do professor, na medida em que amplia as possibilidades de uso desta fonte em sala de aula. Assim, o professor pode acessar o *site* para baixar o conteúdo, imprimir e incentivar a pesquisa por parte dos estudantes.

Durante o regime militar, a *Gazeta de Sergipe* foi um veículo de grande circulação e que exerceu influência na capital sergipana, pois era um periódico publicado diariamente e um dos poucos jornais que continuou circulando depois do golpe de março de 1964, sendo este um dos motivos que levaram à escolha do jornal como objeto de estudo.

A pesquisa tem como objetivo discutir questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História; contribuir para a valorização das questões históricas locais relacionadas à temática nacional; e entender de que maneira a *Gazeta de Sergipe* retratava a Ditadura Civil-Militar para a sociedade sergipana.

Para compreender o posicionamento do jornal sobre o regime militar, foram analisadas todas as edições entre os anos de 1968 e 1978. Além dos editoriais, foram analisados os artigos, as reportagens, as entrevistas, as manchetes e os anúncios. As fontes selecionadas vieram a ser posteriormente catalogadas e organizadas em quatro eixos temáticos, assim divididos: “Propagação do ideário da ‘Revolução de 1964’ ao povo sergipano”; “Resistências à Ditadura”; “Os Atos Institucionais do Regime Militar” e “Em nome do Desenvolvimento Econômico”, conforme apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Fontes catalogadas no jornal *Gazeta de Sergipe*

Nome do Jornal	Temáticas a serem exploradas nas fontes			
<i>Gazeta de Sergipe</i>	Propagação do Ideário da “Revolução de 1964” ao Povo Brasileiro	Resistências à Ditadura	Em Nome do “Desenvolvimento” Econômico	Os Atos Institucionais do Regime Militar
	Fontes catalogadas			
	<p>“Costa e Silva diz que seu governo combate a corrupção”. Edição (17/12/68). Discurso do Presidente da República Costa e Silva, afirmando que o governo é contra a corrupção e que o AI-5 veio com o objetivo de prosseguir a obra revolucionária iniciada em março de 1964.</p> <p>“Combate à corrupção em todo país”. Edição (18/12/68). Notícia da prisão do ex-deputado Hélio Navarro e do deputado Jacinto Figueira Júnior sobre a alegação de que os parlamentares pregavam a “subversão” e ofendiam a “ordem social” e os “princípios da</p>	<p>“Polícia fere operário atirando em estudantes”. Edição (27/07/68). Notícia sobre um operário de São Paulo ferido à bala por um policial durante manifestações estudantis.</p> <p>“Polícia reprime passeata em São Paulo”. Edição (09/10/68). Repressão policial nas passeatas estudantis em São Paulo, resultando em prisões e feridos.</p> <p>Editorial “Manifesto Estudantil”. Edição (09/10/68). Editorial sobre as manifestações de estudantes sergipanos para conseguir recursos e participarem do XXX Congresso da UNE, em São Paulo.</p> <p>“Estudantes surpreendeu</p>	<p>Editorial “Revolução em Marcha”. Edição (12/10/69). Editorial sobre o pronunciamento do General Garrastazu Médici, candidato a sucessão do Marechal Costa e Silva.</p> <p>“Médici em mensagem ao Congresso: ‘sociedade vive sobre signo de mudanças’”. Edição (01/04/70). Mensagem do presidente Médici ao Congresso Nacional sobre os êxitos da “Revolução de 64” e pelo processo de desenvolvimento econômico do país em andamento.</p> <p>“Recuperação Econômica do Brasil”. Edição (11/04/70). Matéria sobre a recuperação econômica e financeira do país promovida pelo</p>	<p>“Decretado Ato Institucional N° 5; Congresso em Recesso”. Edição (14/12/68). Matéria sobre o discurso do Presidente da República Costa e Silva em que afirma que o AI-5 tinha a finalidade principal de preservar os anseios da “Revolução de 1964”, assegurando a ordem e a tranquilidade.</p> <p>“Gama diz que ato visa assegurar a tranquilidade”. Edição (15/12/68). Fala do Ministro da justiça, professor Gama e Silva, no qual apresenta as justificativas para a implantação do AI-5.</p> <p>“Integra do Ato Complementar N° 39”. Edição (22/12/68). Decreto do Ato Complementar N° 39, regulando a suspensão de direitos políticos, demissão, remoção, disponibilidade,</p>

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>revolução”.</p> <p>“Costa e Silva diz que a nação só deseja florescer”. Edição (12/01/69) Fala do Presidente Costa e Silva, apresentando problemas de ordem estudantil e apoio à segurança pública.</p> <p>“Todos apoiam atos contra corrupção”. Edição (05/03/69) Fala do líder arenista Geraldo Freire, afirmando que as medidas contra a corrupção, sobretudo após o AI-5, encontra apoio de todas as camadas da população.</p> <p>Editorial “O Desencadear da Revolução”. Edição (27/03/69). Editorial exaltando a ‘Revolução de 68’, e o combate à corrupção.</p> <p>“O três anos de Revolução financeira de Castelo</p>	<p>polícia com várias passeatas ao mesmo tempo”. Edição (10/10/68). Matéria sobre manifestações estudantis em diversas capitais do Brasil. Ao mesmo tempo em que a polícia, o Exército e os agentes do DOPS, promovem repressão por meio de prisões, bombas de efeito moral e lançamento de ácidos.</p> <p>“Líderes Universitários admitem novas lutas com entidades radicais”. Edição (11/10/68). Notícia dos conflitos entre alunos da Faculdade de Filosofia e Universidade Mackenzie.</p> <p>“Exército Dissolve Congresso da UNE”. Edição (13/10/68). Notícia sobre a dissolução do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo Exército, resultando nas prisões dos estudantes que participavam do evento, inclusive</p>	<p>movimento de 64.</p> <p>“Médici: a verdadeira paz é feita de justiça”. Editorial (02/05/70). Mensagem do presidente Médici aos trabalhadores no Dia Internacional do Trabalho.</p> <p>Editorial “Para frente Brasil, Brasil”. Edição (23/06/70). Editorial sobre a vitória do Brasil na conquista da quarta copa mundial de futebol. Exalta o futebol e o povo brasileiro.</p> <p>“Médici decretou feriado nacional”. Edição (23/06/70). Mensagem de Médici à nação brasileira sobre a vitória dos jogadores brasileiros. Na fala o presidente faz elogios aos jogadores e ao povo brasileiro.</p> <p>“Presidente Garrastazu disse que Brasil é país dos jovens”. Edição (23/07/70) Discurso do presidente Médici à nação brasileira,</p>	<p>aposentadoria de servidor público e transferência para a reserva ou reforma de militares.</p> <p>“Ato amplia ação da comissão de investigação”. Edição (05/01/69) Matéria publicada sobre atos do Presidente da República para a ampliação de atividades de investigação com poderes para propor confisco de bens de empreiteiros, banqueiros e pessoas físicas e jurídicas.</p> <p>Editorial -“Dia da Vitória”. Edição (18/01/69) Matéria em comemoração às primeiras prisões feitas da “Revolução de 68”, assim chamado o AI-5.</p> <p>Editorial “Nossa Posição”. Edição (22/01/69) Ressalta a ação saneadora da “Revolução de 68” com as prisões de “corruptos”, “criminosos” e “assassinos”.</p> <p>Editorial “Reformas das Estruturas” Edição (25/01/69)</p>
---------------------------------	--	---	--	--

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>Branco". Edição (29/03/69) Matéria apresentando os atos de três anos do governo Castelo Branco</p> <p>"Abreu Sodré: revolução deve prosseguir". Edição (03/04/69). Discurso do governador de São Paulo, Abreu Sodré, ressaltando o "espírito revolucionário", "renovador" de 64. De acordo com a matéria a "Revolução de 64" assegurou um clima de segurança à grande família brasileira por proporcionar desenvolvimento econômico, controle da inflação, novos empregos e combate ao terrorismo.</p> <p>Editorial "Está mudando sim senhor". Edição (03/05/69). Editorial sobre a corrupção que está atingindo os grandes políticos e das mudanças que a revolução esta trazendo à</p>	<p>de alunos sergipanos.</p> <p>"Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas". Edição (15/10/68). Matéria que relata a preocupação dos estudantes universitários e secundários sergipanos com as prisões dos colegas no Congresso da UNE. A edição também apresenta uma reunião promovida pelos alunos do Colégio Estadual de Sergipe que foi impedida pelos policiais que a consideraram ilegal.</p> <p>Editorial "Congresso da UNE". Edição (15/10/68). Apresenta a posição do jornal sobre as manifestações estudantis no Brasil. O editorial mostra-se contrário à radicalização do governo e às medidas repressivas dos policiais e militares.</p>	<p>em que convida os jovens a participarem do seu governo.</p> <p>"Médici: amor à pátria é desenvolvê-la para nossa gente". Edição (09/09/70). Discurso do presidente Médici durante o dia da independência nacional para a família brasileira e sobre o amor à pátria.</p> <p>"Médici mensagem a nação: 'O governo garantir a paz'". Edição (11/12/70). Mensagem do presidente Médici no dia dos "Direitos Humanos" em que faz uma homenagem à morte do agente federal Hélio Carvalho Araújo, "sacrificado" na tentativa de impedir o sequestro do embaixador Giovanni Enrico Bucher.</p> <p>"Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe". Edição (19/02/71) Matéria sobre o desenvolvimento de Sergipe, por</p>	<p>Apresenta o AI-5 como instrumento legal que assegurará meios de punição dos ladrões e peculatórios.</p> <p>Editorial "Sentimentalismos" Edição (31/01/69) A matéria apresenta a "Revolução de 68" como a responsável pelo fim da corrupção no Brasil.</p> <p>"Governo prepara atos para facilitar aposentadoria". Edição (05/02/69) Matéria sobre o Governo Federal que está preparando dois novos atos complementares sobre o funcionalismo público. Os atos preveem a concessão de aposentadoria com vencimentos proporcionais por tempo de serviço e dar ao Executivo o poder de criar e extinguir cargos públicos e matérias constitucionais.</p> <p>"Corrupção faz Costa decretar recesso na Assembleia de Sergipe". Edição (09/02/69). Decreto de recesso da Assembleia Legislativa de Sergipe, pelo presidente Costa e</p>
---------------------------------	--	---	---	---

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>vida brasileira.</p> <p>Editorial “Manifesto ao povo sergipano”. Edição (09/08/69) Editorial sobre o manifesto da chapa Renovação da ARENA, para o povo sergipano.</p> <p>“Renovação é mudança”. Edição (10/08/69) Editorial Apresentando a “Revolução de 64” como mudança política, econômica e social para o Brasil.</p> <p>Editorial “Subversão e Corrupção”. Edição (29/01/70) Ressalta as ações do movimento revolucionário no combate à corrupção.</p> <p>“Buzaid: combate a imoralidade visa à segurança do país”. Edição (24/03/70). Declaração do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, sobre o decreto 1.077</p>	<p>“Estudantes Universitários detidos quando distribuam panfletos ontem”. Edição (16/10/68). Matéria sobre as prisões de três estudantes universitários em Sergipe. As prisões foram feitas no centro da cidade, quando eles estavam distribuindo panfletos considerados “subversivos” pelos militares.</p> <p>“Representantes de Sergipe no Congresso da EX-UNE já retornaram”. Edição (22/10/68). Matéria sobre o retorno dos estudantes sergipanos que foram presos no Congresso Nacional da UNE. De acordo com a matéria, os estudantes não foram espancados nem torturados, mas passaram frio e fome enquanto estavam presos em São Paulo.</p> <p>“Preso dois terrorista”. Edição (29/05/69). Matéria sobre a prisão do líder estudantil</p>	<p>meio da descoberta de um poço de petróleo do campo de Caioba e Brejo Grande.</p> <p>Editorial “A hora de Sergipe”. Edição (19/02/71). Editorial sobre a descoberta do campo petrolífero, em Sergipe, e a viabilidade de construção de mais um polo petroquímico no estado.</p> <p>“Médici conclama os governadores para consolidar a obra revolucionária”. Edição (01/04/71). Discurso do presidente Médici ao povo brasileiro em vista das festividades comemorativas do Sétimo Aniversário da “Revolução de 01 de Março de 1964”. Na fala o presidente fez uma exposição das realizações governamentais durante os anos de 1970 e 1971.</p> <p>“Minérios Revelam Sergipe”. Edição (26/05/71). Matéria sobre a exploração de minérios</p>	<p>Silva, juntamente com mais quatros outras Assembleias a do Estado do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Pernambuco. Todas são acusadas de corrupção.</p> <p>Editorial “Primeira Limpeza”. Edição (15/03/69) Fala sobre a “Revolução de 68” e a sua função ao combate à corrupção e aos crimes de homicídios no estado de Sergipe.</p> <p>Editorial “Eles Gostariam”. Editorial (26/03/69) Fala de políticos envolvidos em corrupção ao mesmo tempo em que afirma que a “Revolução de 68” veio no momento exato de acabar com a corrupção.</p> <p>“Relaxamento Moral”. Edição (08/05/69) Editorial sobre a “Revolução de 1968”, como a responsável pela punibilidade dos ladrões e como salvadora da corrupção no Brasil.</p> <p>“AI- 13 Estabelece banimento: os 15 do México foram</p>
---------------------------------	---	--	--	--

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>(que instituiu a censura prévia). De acordo com o ministro, o decreto veio em cumprimento à constituição, como forma de “combater a imoralidade” e evitar “publicações obscenas”.</p> <p>“Ministro do Exército falou da Revolução”. Edição (03/04/70). Discurso do Ministro do Exército, General Orlando Geisel, sobre a comemoração ao 6º aniversário da revolução. De acordo com a matéria sobre a “Democracia Representativa” proporcionada pela “Revolução de 64” e da “autoridade legítima e incontestável” do presidente da República na construção da grandeza e nacionalização do Brasil.</p> <p>“Aluízio Campos: reformas de base consolidam revolução”.</p>	<p>Marcos Antônio Azevedo, condenado pela auditoria militar por subversão, e do teatrólogo Fausto Machado Freire, envolvido em subversão.</p> <p>“Hilário Torloni: Revolução esmagará terrorismo”. Edição (13/06/69). Discurso do governador Hilário Torloni à imprensa sobre o “terrorismo” e das ações da “Revolução” para combatê-lo.</p> <p>“Terrorista enfrentam polícia em SP”. Edição (10/08/69). Matéria sobre investigação de um grupo de terrorista que enfrentou a política à bala.</p> <p>“13 presos condenados por atividade terroristas”. Edição (14/08/69) Matéria sobre a prisão de 13 pessoas por práticas de atividades terroristas.</p> <p>“Tiroteio entre subversivos e militares deixa 01</p>	<p>sergipanos e a possibilidade de desenvolvimento econômico do estado.</p> <p>“Pesquisa aponta presidente Médici o vulto mais importante do país”. Edição (19/05/71). Pesquisa realizada entre 1.400 alunos do Colégio Estadual Professor Ernani Cardoso, em Bangu, apontou o presidente Médici como o vulto mais importante da vida brasileira com 41,6%.</p> <p>"Metalurgia no nordeste crescerá a mais de 20%" Edição (14/01/72) Matéria sobre o desenvolvimento da metalurgia em Sergipe.</p> <p>Médici: Soberania de uma nação não se outorga, se conquista. Edição (24/04/72). Discurso do presidente Médici ao povo brasileiro em que ressalta o nacionalismo, o patriotismo e o trabalho como construção do país.</p> <p>“Delfim diz que</p>	<p>atingidos”. Edição (09/09/69) Edição justificando o AI-13. De acordo com a matéria “serão banidos os elementos considerados nocivos e perniciosos à Segurança do país”.</p> <p>“AI- 14 Altera a constituição e institui a pena de morte”. Edição (10/09/69). Matéria sobre a assinatura de dois Atos Institucionais e um decreto- lei. AI-14 instituiu a pena de morte no Brasil, ao reconhecer estado de Guerra Revolucionária no país. O AI-15 que adia as eleições de 30 para 15 de novembro e o decreto- lei que determina que a propaganda eleitoral só tenha início no dia 1º de novembro.</p> <p>“Lei que determina casos de pena de morte já elaborada”. Edição (11/09/69). Nota da Presidência da República informando que já está em elaboração no Ministério da Justiça o texto de lei que determinará os casos previstos no</p>
---------------------------------	--	--	---	---

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>Edição (04/04/70) Fala sobre a “Revolução de 64” que restaurou no princípio da autoridade para evitar o caos no político.</p> <p>Editorial “Caxias, o exemplo inesquecível”. Edição (25/08/70). Editorial sobre em comemoração ao aniversário do Duque de Caxias pelos relevantes serviços prestados à nação brasileira.</p> <p>“Clóvis Stenzel: Brasil está vencendo terrorismo”. Edição (28/02/71). Discurso do deputado Clóvis Stenzel, parabenizando a política “humanística” adotada, no governo Costa e Silva por permutar “terroristas” pela vida de diplomatas.</p> <p>“Médici conclama os governadores para consolidar</p>	<p>morto”. Edição (17/10/69). Operação militar para prender “terroristas” e “subversivos” na cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>“Terroristas param tráfego e assaltam dois bancos no centro de São Paulo”. Edição (30/12/69). “Terroristas” armados de metralhadoras e revólveres, pertencentes ao grupo do ex-Capitão Lamarca, assaltaram bancos em São Paulo, atiraram e em seguida sequestraram uma mulher que passava na rua, e antes de sair do local os “bandidos” jogaram “panfletos subversivos”.</p> <p>“Terroristas trocam tiros com a polícia de Esplanada”. Edição (01/01/70). Ação de um grupo de “terroristas” que estava em Sergipe, fugido da Bahia. Segundo a matéria o grupo fazia parte de uma “gang” que roubava carros no nordeste.</p>	<p>Nordeste vive Revolução Econômica”. Edição (24/08/72). Declaração do Ministro Delfim Neto sobre o desenvolvimento econômico do nordeste.</p> <p>“Diagnóstico da Economia Sergipana”. Edição (02/10/72) Editorial da fala do governador Paulo Barreto sobre os avanços da economia sergipana.</p> <p>Editorial: “Terceiro ano de governo”. Edição (01/11/72). Matéria em comemoração aos três anos do governo de Médici. O Editorial compara a popularidade e as reformas econômicas e sociais ao de Getúlio Vargas</p> <p>Editorial: “O Milagre Brasileiro”. Edição (12/12/72). Ressalta os avanços econômicos do governo Médici. De acordo com a matéria o governo de Médici se compara ao de Getúlio Vargas na popularidade, nas</p>	<p>AI-14, além de dispor da criação de tribunais de exceção para julgamentos sumários.</p> <p>“Instituída a Censura previa no Brasil”. Edição (14/05/70). Matéria sobre a aprovação pela Câmara Federal o Decreto- Lei 1077 que institui a censura prévia no Brasil.</p> <p>“Presidente Médici assinou decreto confiscando bens”. Edição (06/08/70) O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici assinou decreto confiscando os bens de Ildefonso Gomes de Almeida, ex- prefeito de Novo Brasil, município de Goiás, Irineu Gomes de Almeida ex- chefe do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem daquele município, José Cavalcante Arruda e João Corsino, este último ex-prefeito e Icoporanga, município de Santos.</p>
---------------------------------	---	---	---	--

<p><i>Gazeta de Sergipe</i></p>	<p>obra revolucionária". Edição (01/04/71) Matéria de caráter nacional, apresentando o discurso do presidente Médici no qual expõe as realizações do seu governo e os planos para o corrente ano.</p> <p>Editorial “As opções da revolução”. Edição (27/03/72). Editorial que destaca “os grandes feitos” da “Revolução de 64”.</p>	<p>“Exército continua cerco a terroristas”. Edição (04/05/70). Sobre a operação do Exército destinada a prender “terroristas” no Vale da Ribeira em São Paulo. De acordo com a matéria, além de treinar guerrilheiros, os “terroristas” faziam assaltos a armazéns e a pertences de moradores.</p> <p>“Buzaid: Ninguém é preso por pensar diferente”. Edição (02/08/70). Declarações do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, sobre críticas feitas ao Brasil na imprensa estrangeira.</p> <p>“Prisão perpetua para nove sequestradores”. Edição (17/04/72). Notícia sobre a prisão perpétua de nove réus acusados de terem sequestrado o embaixador da Alemanha Von Holleben.</p>	<p>reformas sociais e trabalhistas.</p> <p>“Brasil 72: Retrospecto”. Edição (31/12/72). Matéria apresentando as realizações do governo Médici no ano de 1972.</p> <p>Editorial “O Presidente Médici”. Edição (15/03/74). Sobre o fim do governo Médici. A matéria exalta a personalidade do presidente, chamando-o de “líder”, ressalta as obras realizadas pelo seu governo para o desenvolvimento do Brasil e de Sergipe e por fim faz agradecimento à gestão de Médici.</p>	
---------------------------------	---	---	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas na *Gazeta de Sergipe* (1968 – 1978).

Diante do exposto, partiremos do seguinte questionamento: Quais as possibilidades da utilização das fontes coletadas em jornais sergipanos para a aprendizagem de temáticas relacionadas com a Ditadura Civil-Militar?

Além do uso das fontes, que permitem ao aluno compreender como ocorre a construção do conhecimento histórico, a pesquisa também tem como motivação ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente. A temática é considerada um “tema sensível”, porque “[...] designa assuntos de um passado problemático [...]” (ARAUJO, 2013, p. 9), levando em conta que a ditadura foi um período de grandes violações dos direitos humanos e dos valores democráticos. Mesmo com os avanços em pesquisas acadêmicas apontando que o regime militar foi um período de repressão, sofrimentos e retrocessos, não há ainda, no país, um consenso do que foi esse período e o que ele representou para a sociedade brasileira.

Além disso, percebemos a existência de uma parcela conservadora da população que defende o retorno da ditadura como solução para os problemas sociais, políticos e econômicos do país. O que falar da reedição da “Marcha da Família com Deus”¹ em 2014, na qual um grupo de pessoas saiu às ruas com cartazes em favor de uma intervenção militar para o combate da “corrupção” e dos “comunistas” no Brasil? E dos discursos defendidos por autoridades políticas que fazem referências ao período ditatorial de forma saudosista, exalta torturadores e defende a volta do Ato Institucional N° 5 (AI-5), maior instrumento de repressão da ditadura? São falas que atentam contra os preceitos da Constituição de 1988, portanto contra o estado democrático de direito.

Igualmente, uma série de discursos em defesa do autoritarismo é propagada nas redes sociais. Nelas encontramos um campo fértil para a divulgação de documentários e programas, sem referências confiáveis, com argumentos distorcidos, falsos e com armadilhas ideológicas. Logo, atrai o público mais jovem que, por não ter vivenciado o período, acaba construindo uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”, não existia corrupção, violência e crise econômica, quando, no Brasil, vivia-se um clima de estabilidade política e social, segurança, desenvolvimento econômico, justiça e ordem.

¹ Em março de 2014, manifestantes se reuniram em São Paulo, na Praça da República, para realizar uma nova versão da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O grupo queria lembrar a marcha anticomunista e de apoio ao golpe militar realizada há 50 anos em 19 de março de 1964. Os organizadores do evento pediram a intervenção militar para acabar com a ameaça comunista no Brasil (representada pelo PT) e a corrupção, com a finalidade de moralizar o país. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acesso em 16/12/2019.

Na dissertação de mestrado intitulada *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*, a autora Licia Quinan faz uma análise do que os alunos de duas escolas do Ensino Médio pensam sobre o período ditatorial. Ao longo da pesquisa², a autora concluiu que:

[...] há um apoio parcial dos jovens à ditadura, um estabelecimento de fatores “positivos” e fatores “negativos”. Essa visão parece se basear na ideia que fazem de que muitos problemas da atualidade não existiam e que isso pode ser atribuído a um maior controle da sociedade, que se materializava no autoritarismo. Em suma, apesar da perda de liberdades, havia um controle daquilo que eles enxergam como “problemas sociais” (QUINAN, 2016, p. 54).

O trabalho de Licia Quinan nos ajuda a perceber que muitos jovens “constroem uma memória do período de governo autoritário baseados nas demandas do presente” (QUINAN, 2016, p. 50) e “tende-se a valorizar o controle social autoritário, presente na ditadura, como forma de organizar a sociedade” (QUINAN, 2016, p. 56).

Sabemos que a sala de aula não é o único espaço de conhecimentos históricos dos alunos, eles constroem sua aprendizagem por diversos meios, a exemplo da comunidade, familiares, filmes, novelas e principalmente com os meios de comunicação. Em muitos casos, as mídias acabam propagando uma visão distorcida do que foi o regime militar. Para Peres (2014, p. 70), “[...] tal visão tende a se consolidar em situação de contradição nacional, seja quando nos deparamos com os índices de corrupção dos nossos governos democráticos, seja quando analisamos os números da violência urbana em nossas grandes cidades”. Por isso, precisamos trazer este debate para a escola, trabalhar as memórias que foram deixadas pela ditadura militar. De acordo com Chiozzini, Mesquita e Tuma (2007):

[...] estamos, cotidianamente, inseridos em realidades que nos conduzem a lapsos de memória que parecem fazer parte da própria fragmentação da vida contemporânea. Uma realidade na qual as experiências já não são contadas, recontadas... São esquecidas como se só o novo fosse essencial para a projeção de futuras práticas sociais. Notícias nos chegam fragmentadas. A amnésia coletiva, paulatinamente, concretiza-se com a implantação de

² A pesquisa foi realizada em maio de 2016 com alunos entre quinze e dezessete anos cursando o Ensino Médio das redes pública e privada de ensino do município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. A autora utilizou como metodologia de coleta de fontes a história oral, com o objetivo de compreender como as memórias do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil foram e têm sido construídas e de que forma são apropriadas pelos jovens estudantes.

simbologias, fantasmagorias soltas e autônomas na falta da relação com o passado (CHIOZZINI; MESQUITA; TUMA, 2007, p. 104).

Uma maneira de desconstruir as memórias é apresentando aos alunos que o que as mídias nos mostram não é a realidade dos fatos, mas representações, já que esses podem ser deturpados e marcados por ideologias de quem as escreve.

De acordo com Silva (2009, p. 28), “[...] durante a ditadura, o regime utilizou-se dos meios de comunicação para se auto-propagar [...]”. Por isso, a importância do professor em problematizar e desconstruir essas memórias: “[...] é preciso superar, no plano do conhecimento, os argumentos que amenizam a experiência da ditadura. Ao mesmo tempo em que são mitos sobre o regime, são também reafirmações da memória que ele quis deixar de si mesmo [...]” (SILVA, 2009, p. 28). Para que, desta forma, os jovens estudantes que não viveram aquela época possam se posicionar sobre as práticas desse regime repressor e violento.

Além da propagação de uma memória distorcida da ditadura militar, alguns fatores contribuem para o esquecimento do que foi a ditadura no Brasil. Podemos citar as resistências por parte das autoridades políticas na abertura dos arquivos repressivos do regime. Tendo em vista que muitos deles são negados, o que provoca desconhecimento da sociedade brasileira aos inúmeros atos de violência praticados pelos militares. Sobre os arquivos não acessíveis, de acordo com Gasparotto e Padrós (2010, p. 194), isto se “[...] relaciona a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido, ou seja, de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória ‘de cima para baixo’ [...]”. Esta prática, segundo os autores, “[...] é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum” (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p. 195).

Outro exemplo do esquecimento organizado no Brasil é a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, no governo de João Batista Figueiredo, ainda durante o regime militar. Essa lei foi resultado de um esforço dos agentes da ditadura para que os crimes e as graves violações dos direitos humanos cometidos por eles fossem “esquecidos” e “perdoados”. Por isso, ela acabou assegurando a impunidade, já que os torturadores e agentes do estado até hoje não foram julgados e punidos pelos crimes cometidos entre 1964 e 1985. No Brasil, a Lei da Anistia acabou impedindo a justiça e a reparação às vítimas e aos seus familiares das atrocidades sofridas durante a ditadura. A falta de conhecimento, pela população, das prisões ilegais, dos assassinatos, das torturas e desaparecimentos provoca a ausência de uma memória

coletiva, garantindo assim o apoio ou a indiferença de várias pessoas que insistem em defender o regime.

Nos últimos anos, o Brasil avançou bastante na reparação das vítimas da ditadura militar, um exemplo é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, no governo de Dilma Rousseff. A CNV teve um papel importante nas investigações das violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1964 e 1985, constituindo um importante documento para resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento. Entretanto, é preciso mais ações em resgate às vítimas das arbitrariedades dos militares. O ensino de história tem este papel de ampliar “[...] a consciência dos jovens por meio de um trabalho de reflexão e de reconstrução da experiência humana [...]” (GUIMARÃES, 2013, p. 52). Desta forma, a nossa função como professor (a) de história na situação do Brasil atual é possibilitar a formação crítica do aluno a respeito de práticas autoritárias, para que sempre atuem em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer circunstâncias. Consoante afirma Silva (2018, p. 81) “[...] se as reflexões não ocorrerem, as possibilidades de pequenas (terríveis) ditaduras se manterem sob disfarce democrático serão muito grandes [...]”.

A temática Ditadura Civil-Militar também está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998) e na versão homologada³ da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2019). Nesses documentos, a temática apresenta-se como conteúdo obrigatório a ser desenvolvido no 9º ano do ensino fundamental. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História de 1998, o tema aparece como História do Brasil Contemporâneo e faz parte do eixo temático “História das representações e das relações de poder”, no subitem “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo” (PCNs, 1998, p. 63). O documento destaca como objetivo do estudo do tema a possibilidade de “[...] sensibilizar os estudantes para os estudos do passado e suas relações com questões atuais [...]” (PCNs, 1998, p. 68).

A Base Nacional Comum Curricular (2019) é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, no qual todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Sobre o Ensino de História, a BNCC estabelece que um dos seus principais objetivos:

É estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma

³ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: <http://base-nacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: dez. 2019.

a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BNCC, 2019, p. 398).

A BNCC dos anos finais do ensino fundamental apresenta a seguinte unidade temática e respectivo objeto do conhecimento para o 9º Ano:

Unidade temática: Modernização, Ditadura Civil e Redemocratização: O Brasil após 1946.

Objetos de conhecimento: Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência às questões indígena e negra e a ditadura (BNCC, 2019, p. 430).

As habilidades dessa unidade temática que versam sobre a temática Ditadura Civil-Militares são as seguintes:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura (BNCC, 2019, p. 431).

Quanto às competências específicas de História, a BNCC determina, entre outras, a seguinte competência relacionada com a proposta desta pesquisa: “(E3) Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito”. Portanto, essa competência pode ser facilitada pela utilização da proposta defendida neste trabalho, pois ela defende a utilização do jornal como fonte para o entendimento de determinado acontecimento histórico e a promoção da consciência crítica e em defesa dos direitos humanos entre os estudantes.

Quanto às competências específicas das Ciências Humanas para o ensino fundamental, a pesquisa busca contemplar e/ou desenvolver nos estudantes as competências:

(A1) Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

(A6) Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

(G7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

(G10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2019).

Portanto, a pesquisa apresenta a possibilidade de abordagem metodológica capaz de contribuir para o alcance dos objetos de conhecimento e respectivas habilidades dispostos na BNCC, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes e a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

O trabalho tem como produto final um caderno de atividades utilizando as fontes jornalísticas para a compreensão da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O material didático produzido poderá servir como recurso pedagógico complementar aos livros didáticos ou outros materiais que o professor utiliza em sala de aula.

As atividades produzidas foram pensadas para serem desenvolvidas com estudantes da Educação Básica, especialmente com o 9º ano do Ensino Fundamental, porém não impede que o professor faça adaptações e as utilize no 3º ano do Ensino Médio, série em que a Ditadura Civil-Militar aparece como conteúdo curricular de História do Brasil.

Para alcançar os objetivos almejados, a opção foi por uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados: o uso de referências bibliográficas, matérias jornalísticas selecionadas, além da leitura de artigos, dissertações e teses. Desta forma, para o estudo da educação histórica, os principais autores usados foram Rüsen (2006); Barca (2001, 2004, 2006); Lee (2006); Schmidt (2009); Germinari (2011); Barbosa (2017). Para a análise das fontes jornalísticas como recurso didático foram utilizados os estudos de Selva Guimarães (2012), Flávia Eloisa Caimi (2008) Itamar Freitas (2010) e Pereira e Seffner (2008). Sobre imprensa sergipana, reporta-se aos trabalhos de Ibarê Dantas (2014) e Carla Darlem (2014; 2015). Para a discussão sobre o ensino e Ditadura Civil- Militar os estudos de Marcos Silva (2016), Gasparotto e Padrós, (2010), Marcos Vinicius Peres (2014) e a dissertação da autora Licia Quinan (2016). E os estudos de Nadine Habert (2001), Maria José

de Rezende (2013), Maria Paula Araujo (2013), Maria Aparecida de Aquino (1999) e Alzira Alves de Abreu (2002), para a compreensão da ditadura militar, imprensa e censura nesse período.

O trabalho está dividido em três partes: A Seção I, “O uso das fontes no ensino de História”, faz uma reflexão sobre a importância do documento histórico em sala de aula, em especial os jornais impressos, a seção localiza ainda o estudo das fontes históricas sobre a perspectiva da educação histórica e apresenta a *Gazeta de Sergipe*, no contexto do regime militar no Brasil. A Seção II, intitulada “Representações da Ditadura Civil-Militar nos jornais sergipanos (1968-1978)”, faz uma análise sobre as representações do regime militar, seguindo os quatro eixos temáticos: “Propagação do ideário da ‘Revolução de 1964’ ao povo sergipano”; “Resistências à Ditadura Civil-Militar”; “Os Atos Institucionais do Regime Militar” e “Em Nome do Desenvolvimento Econômico”. E a Seção III, denominada “Trabalhando com notícias de jornal em sala de aula”, que apresenta as cinco propostas didáticas elaboradas com base na seleção das fontes jornalísticas sergipanas para a compreensão da temática abordada.

2 SEÇÃO I – O USO DOS JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NA SALA DE AULA

Esta seção tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância das fontes históricas para a construção de um conhecimento significativo nas aulas de história. Apresenta, também, as fontes jornalísticas, como recurso didático na aprendizagem de temáticas relacionadas à Ditadura Civil- Militar no Brasil, permitindo aos alunos o entendimento sobre as notícias apresentadas nos jornais, que são representações de um fato histórico, as quais não correspondem à realidade.

A seção aborda um breve estudo sobre o uso das fontes históricas na educação histórica, apresentado também às pesquisas elaboradas por Rüsen (2006), Barca (2001, 2004, 2006), Germinari (2011), Lee (2006) e Barbosa (2017). E, por fim, aborda o contexto do jornal *Gazeta de Sergipe* na Ditadura Civil-Militar no Brasil.

2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E O TRABALHO COM FONTES

No ensino de História, são vários os vestígios que auxiliam na compreensão de um fato histórico. De acordo com Freitas (2010, p. 209), “[...] as fotografias, pinturas, músicas, visita a ruínas, estradas etc., [...] podem ser trabalhadas no sentido de conduzir as crianças a compreenderem que História é versão e construção”. Considerada uma rica ferramenta para desenvolver nos alunos a construção do saber histórico, o seu uso em sala de aula é indicado por vários pesquisadores como uma possibilidade de criar um conhecimento significativo nas aulas de história. Os documentos históricos proporcionam o desenvolvimento de algumas habilidades específicas. De acordo com Caimi (2008):

Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141).

Além de desenvolver as habilidades essenciais para o pensamento reflexivo, as fontes históricas permitem ao professor desconstruir a ideia que os alunos têm em associar um documento como a “prova real” de um acontecimento histórico. Por intermédio deles é possível compreender que a História é um exercício em permanente construção. Ensinar

utilizando as fontes históricas possibilita aos discentes que “ler o relato histórico é ensinar a ler as representações sobre o passado que circulam na sua sociedade” (SEFFNER; PEREIRA, 2008, p. 126-127). O docente deve ensinar ao estudante que o documento é um fragmento do passado, uma representação de uma época. De acordo com Guimarães (2013):

O professor formador aos diversificar as fontes e dinamizar as práticas, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da história na experiência formativa dos professores (GUIMARÃES, 2013, p. 150).

O uso das fontes históricas como meio de inserir o estudante no método histórico investigativo é defendido por FREITAS (2010), para quem, junto à noção de tempo, fonte e interpretação auxiliam o aluno na compreensão da natureza da História. Para o autor, o documento histórico enseja “[...] desenvolver comportamentos fundamentais para a manutenção dos valores democráticos: a crítica, posicionamento perante o mundo e o respeito às posições divergentes” (FREITAS, 2010, p. 205). Com o método histórico investigativo, principal atividade do historiador, os estudantes podem entender os processos de disputa e relações de poder presentes no documento. Neste sentido, os PCNs (1998) defendem que:

[...] a apropriação de noções, de métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber escolar, não significa que se pretende fazer do estudante um “pequeno historiador” e nem que ele seja capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade e do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época (BRASIL, 1998, p. 40).

Com a ampliação dos conceitos de documento histórico e fonte histórica, sobretudo promovida pela *Escola dos Annales*, o jornal tornou-se uma ferramenta de fundamental importância para a construção do conhecimento histórico e também para práticas de ensino de história. Antes de 1929, a função dos documentos estava vinculada a comprovar ou ilustrar um fato ou conteúdo. De acordo com Marson (1984), o historiador positivista:

[...] vê no documento a expressão irredutível do “fato” como o espelho da realidade e a prova irrefutável de uma investigação equivalente a um dossiê de processo crime; daí provém uma atitude de respeito quase místico da peça documental e a redução do historiador a mero copista, sacerdote do passado

e funcionário especializado na coleta e organização de fontes (de preferências, as inéditas) (MARSON, 1984, p. 51).

Com as contribuições de Jacques Le Goff, Bloch, Febvre e Braudel, o conceito de fonte histórica tomou nova dimensão, passando a ser entendida como todo vestígio da ação do homem no tempo. Entretanto, os documentos, assim como as fontes jornalísticas, necessitam de cuidados quando se pretendem utilizá-las na sala de aula. O professor deve destacar o jogo de interesses que há implícito e explícito em um jornal. Para o discente é fundamental entender que quem escreve determinado assunto tem seus valores, sua visão de mundo e que acaba influenciando a interpretação de um fato publicado. De acordo com os estudos de Gadotti (2007):

Os jornais estão cheios de discursos políticos, de falas de políticos. Aqui, o leitor crítico precisa estar ainda mais atento. O discurso político é sempre ‘eleitoral’, no sentido em que ele se dirige ao leitor para seduzi-lo para determinada causa ou partido. É um discurso, eminentemente, pedagógico, argumentativo. Ele busca convencer. Como trata de um discurso articulado para um determinado fim, a formação do leitor crítico é muito importante para perceber, por exemplo, o quanto o discurso político é conjuntural, situado num determinado contexto (GADOTTI, 2007, p. 68).

A leitura crítica de um documento histórico passa tanto pela dimensão formal da obra quanto do seu conteúdo. Por conseguinte, os variados discursos apresentados nos jornais precisam ser articulados ao contexto e à forma em que foram produzidos. A utilização das fontes históricas permite ao estudante compreender a complexidade que é a produção do conhecimento histórico, fruto do olhar sempre seletivo do historiador, e aprender que a História não é um simples exercício de memorização.

O Programa Nacional do Livro Didático (2020) estabelece como um dos critérios para a seleção das obras didáticas o uso das fontes históricas. Por conseguinte, no edital enfatiza as “[...] propostas de atividades com base em documentos textuais e fontes de conhecimento histórico [...]”, e a “[...] análise de um mesmo conteúdo por meio de diferentes linguagens (escrita, imagética, musical, literária, entre outras)” (PNLD, 2020, p. 4).

Nos livros didáticos de história, constatou-se que coleções selecionadas pelo PNLD utilizam fontes jornalísticas, principalmente para estimular o trabalho de interpretação de fontes. Contudo, ainda é possível encontrar livros didáticos que utilizam as fontes jornalísticas como confirmações das suas próprias narrativas, ou para ilustrar um assunto apresentado. As coleções, em geral, reconhecem que as publicações da imprensa são um importante material

de análise, mas oferecem poucas atividades de interpretação, comparação e síntese, essenciais à construção do conhecimento histórico.

Desta maneira, a pesquisa visa possibilitar uma aprendizagem significativa, com respaldo nas fontes jornalísticas, pois reconhece que os jornais impressos são importantes registros históricos do presente e do passado. Por meio deles “[...] é possível captar evidências de mudanças, rupturas, continuidades, por exemplo, dos projetos políticos, dos movimentos sociais e culturais, do cotidiano das pessoas, do modo de ser, viver, alimentar-se, vestir-se, etc.” (GUIMARÃES, 2013, p. 337).

Recurso importante para a compreensão dos eventos históricos, as fontes jornalísticas possibilitam ao professor diversificar a construção do conhecimento histórico, limitadas, na maioria das vezes, aos manuais didáticos. De acordo com Guimarães (2012):

Hoje, é bastante óbvio que a sala de aula não é mais o palco onde se apresentam monólogos para um público passivo. O professor de História sabe que não basta falar para que os estudantes aprendam. O trabalho em sala de aula exige um professor em permanente situação de investigação, despertando a curiosidade, a criatividade e o interesse dos estudantes pelo ensino que tem como pressuposto a descoberta (GUIMARÃES, 2012, p. 210).

A escola como espaço de construção de conhecimento coletivo, pode estimular a leitura crítica daquilo que a mídia coloca como “verdade”, permitindo aos alunos o entendimento de que as notícias apresentadas nos jornais são representações da realidade.

De acordo com Gadotti (2007):

[...] as mídias têm grande impacto sobre a vida social e política de um país. Elas são formadoras de opinião, produzem consensos, dirigem a mentalidade popular e, em muitos casos, manipulam a informação para fins econômicos e mercantis. Há jornais que vendem informações para obterem benefícios comerciais. Nenhum jornal é neutro. Sua opinião depende muito de quem o financia, por mais chocante que isso possa parecer à primeira vista (GADOTTI, 2007, p. 57-58).

Sendo assim, é fundamental para o estudante entender essa realidade, criar condições de análise crítica para “desvendar” o que uma edição de jornal apresenta ou esconde, quais as intenções e interesses de um determinado veículo de informação. Daí a importância de uma leitura reflexiva e plural de informações vinculadas nos meios de comunicação. Para Gasparotto e Padrós (2010):

Questionar manchetes, desenvolver formas de ler nas entrelinhas, identificar as forças em pugna e o alinhamento explícito ou implícito das corporações midiáticas são ações que compõem o cenário de outro campo de atuação extracurricular docente, interconectado, simultaneamente, com a realidade concreta e a dinâmica do Tempo Presente. (GASPAROTTO; PADRÓS, p. 196).

A investigação histórica em sala de aula é valorizada pela educação histórica, na qual esta pesquisa se baseia, pois é fundamental para a produção do conhecimento histórico. Assim, o professor em sala de aula deve sempre considerar que todo o documento, como o jornal, tem de ser questionado a partir das condições de sua produção. Portanto, deve incitar os estudantes a analisar, interpretar e comparar material sob exame com o objetivo de ensinar para uso crítico das informações jornalísticas.

2.2 AS FONTES HISTÓRICAS NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A Educação Histórica começou a ganhar força a partir da década de 1970, em vários países como a Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e Brasil, além de ser influenciada pelas pesquisas de Peter Lee e Isabel Barca. A educação histórica ou cognição histórica busca compreender os saberes históricos de professores e alunos, tendo como base a própria epistemologia da história. Ela também utiliza a teoria da consciência histórica defendida pelo alemão Jörn Rüsen, sendo responsável por possibilitar novas abordagens no processo de pesquisa, ensino e aprendizado na sala de aula.

A educação histórica ganhou importância com os estudos de Peter Lee, que, preocupado com a falta de interesses dos estudantes em cursar a disciplina História na Inglaterra, desenvolveu o projeto 13-16, que tinha como objetivo fazer o aluno “aprender a pensar o passado historicamente” (GERMINARI, 2011, p. 57). Esse projeto foi organizado para trabalhar com crianças entre 13 e 16 anos de idade, e foi considerado um marco na pesquisa sobre a cognição histórica. De acordo com BARCA (2006), ao final dessa pesquisa, Peter Lee pôde observar que:

[...] os alunos apresentam desde imagens caóticas ou fragmentadas do passado, considerando as ações dos agentes históricos como ininteligíveis, até noções históricas mais ou menos elaboradas, com níveis intermédios expressando ideias de uma perspectiva de senso comum (umas estereotipadas outras com base no cotidiano real) (BARCA, 2001, p. 15).

Desta maneira, Peter Lee constatou que os alunos estavam aprendendo história de forma fragmentada e julgavam o passado de acordo com o seu presente cometendo o famoso anacronismo, além de identificar que as experiências familiares dos alunos exerciam grande influência no conhecimento de história.

Com base no resultado dessa pesquisa foi elaborado outro projeto denominado Conceitos de História e Abordagens de Ensino (Chata), destinado a investigar as ideias históricas que as crianças e jovens tinham da disciplina, por meio da compreensão e interpretação de fontes históricas. Desta forma, Peter Lee concluiu que “[...] o progresso na aprendizagem histórica passa pela reflexão de como aliar a compreensão histórica (conceitos de segunda ordem) ao saber substantivo do passado” (GERMINARI, 2011, p. 59).

Consoante com Lee, para que os alunos consigam relacionar os conceitos substantivos (revolução, agricultor, datas e eventos) e os de segunda ordem, esses relacionados à natureza do conhecimento histórico, como a narrativa, relato, explicação histórica (GERMINARI, 2011, p. 58), torna-se necessário uma noção aplicável de uma literacia histórica. Segundo Germinari (2011, p. 59), esse termo “[...] refere-se ao conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado que permite ler historicamente o mundo”.

Os projetos também possibilitaram perceber que a história é uma ciência de natureza multiperspectivada, ou seja, contempla várias experiências dos sujeitos históricos. Os estudos sobre a educação histórica possibilitam, também, trabalhar os conteúdos históricos, sempre partindo das ideias prévias dos alunos, construindo uma postura investigativa e reflexiva nas aulas de história. Sendo assim, o estudante passa a ser compreendido como sujeito ativo e o protagonista da sua formação, já que o ensino de história precisa estar vinculado com o seu contexto social.

A educação histórica, de acordo com Barbosa (2017):

[...] requer dos estudantes um entendimento de que a História é uma disciplina específica, com metodologia própria, isto é, têm ideias e linguagem características, como fontes, investigação, verdade, validade, evidência, etc. Requer do estudante a percepção de que a disciplina não existe por si mesma, mas que é produto de um trabalho de determinadas pessoas, ou seja, é um conhecimento específico (BARBOSA, 2017, p. 52).

O professor deve desenvolver um procedimento questionador, investigativo, com a finalidade de desenvolver raciocínios históricos nos estudantes, contribuindo para aprendizagem da disciplina. Diante disso, a aprendizagem ocorre quando o estudante é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos em várias situações da sua vida. Outra pesquisadora

que compartilha das ideias defendidas por Rüsen e Lee é Isabel Barca. Para ela, um programa de ensino organizado na perspectiva da educação histórica privilegia o desenvolvimento gradativo das seguintes competências históricas:

- Saber “ler” fontes históricas diversas, com suportes diversos, com mensagens diversas;
- Saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade;
- Saber selecionar as fontes, para confirmação e refutação de hipóteses (descritivas e explicativas);
- Saber entender – ou procurar entender – o “Nós” e os “Outros”, em diferentes tempos, em diferentes espaços;
- Saber levantar novas questões, novas hipóteses a investigar – algo que constitui afinal a essência da progressão do conhecimento (BARCA, 2004, p. 134-135).

Quando o professor desenvolve cada item apresentado, ele está criando espaços de aprendizagem significativa, por meio da pesquisa histórica, desconstruindo a relação que muitos alunos têm de associar a história a uma única narrativa acerca do passado. Desta maneira, o ensino deixa de ser algo monótono para uma aprendizagem mais contextualizada do passado, voltada para o desenvolvimento da consciência histórica.

Outro pesquisador com contribuições pertinentes para o aprendizado histórico é o historiador alemão Jörn Rüsen, segundo suas análises, “[...] para que o aprendizado ocorra deve haver uma pluriperspectividade de interpretações históricas, permitindo aos alunos a percepção de diversas maneiras de um mesmo fato, eliminando a linearidade, e um único olhar do passado” (RÜSEN, 2006, p. 14). Conforme Rüsen, a consciência histórica “[...] é a capacidade de um sujeito em compreender e utilizar as experiências do passado e perspectivar o futuro” (RÜSEN, 2006, p. 14). Conclui-se que, quando o aluno consegue, mediante as vivências e ações do passado, se orientar na vida, percebendo-se enquanto sujeito de identidade social, a consciência histórica é efetivada e ocorre, assim, o aprendizado histórico.

2.3 CONHECENDO A FONTE JORNALÍSTICA *GAZETA DE SERGIPE*

A *Gazeta de Sergipe* foi um periódico diário que circulou na capital sergipana entre os anos de 1956 e 2003. Fundado pelo jornalista Orlando Vieira Dantas, o jornal é uma importante fonte de conhecimento para entendermos as mudanças que ocorreram em Sergipe durante os anos em que o periódico esteve em circulação. Para compreendermos o seu

posicionamento referente à ditadura militar é necessário investigar a respeito de aspectos da trajetória do seu fundador.

Orlando Dantas nasceu no ano de 1990, no município de Capela/ SE, filho do usineiro e político Manoel Correa Dantas e de Idalina Dantas. O fundador da *Gazeta de Sergipe* foi uma personalidade de grande influência na sociedade sergipana, devido às atividades que exerceu durante sua vida como jornalista, intelectual, usineiro e deputado estadual e federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Até o início da ditadura militar, Orlando Dantas se intitulava defensor do socialismo e das reformas de base no governo de João Goulart. Conforme Reis (2014):

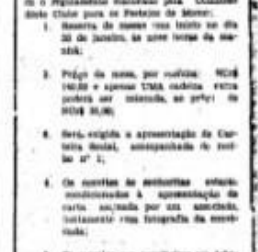
[...] o socialismo defendido por Orlando Dantas era aquele defendido pelo Partido Socialista Brasileiro, não um socialismo conforme Marx e Engels. De acordo com Luiz Dário (1989), era um partido socialista não marxista e suas ideologias o aproximavam muito mais do Partido Trabalhista Inglês do que propriamente dos partidos socialistas (REIS, 2014, p. 38).

O jornalista, Orlando Dantas, defendia o progresso e o desenvolvimento da economia de Sergipe, por isso, o apoio à ideologia do nacional-desenvolvimentista defendida por João Goulart. Mas, ao longo dos anos, Orlando Dantas, muda o seu posicionamento e, em 1969, entra para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar.

A redação do jornal ficava localizada na Avenida Rio Branco, nº 310, bairro Centro, na capital Aracaju. O jornal intitulava-se “[...] defensor do progresso do povo sergipano, sempre combatendo as manobras destinadas a manter os privilégios e consequentemente o atraso, ignorância e o subdesenvolvimento” (GAZETA DE SERGIPE, 14/01/67).

Entre os anos de 1968 e 1978, o jornal era composto de quatro a oito páginas. Era vendido por Cr\$ 20,00 em 1964; e a Cr\$ 4,00 em 1978. As principais colunas do periódico eram: “Variações em Fá Sustenido” (crônicas assinadas por Zózimo Lima), “Gazeta Social” (apresentava notas de aniversários, casamentos, nascimentos e falecimentos), “Panorama Político” (resumo de notícias políticas da semana) e os “Editoriais” (opinião do jornal). Localizamos ainda artigos sobre esportes, cinema, literatura e a notícias sobre outros municípios de Sergipe na coluna “Revista do Interior”, além de notícias nacionais e internacionais.

O jornal também publicava informações sobre crimes, roubos, prisões e queixas da população sergipana, relacionadas à ausência de saneamento, sujeiras e pavimentação nas

[illegible]

8. Oribenwá a laka (colita) de BODS
mian por parrilla traida para o
cecho de caba e que ali não foi
aproveita.

Finalizada, estructurado sus contenidos de
lecturas para entrega, por traslado de ma-
terias sólidas, en el laboratorio de SATE CUER-
PO DE AMARUJO (Instituto de Sate) de la ma-
nifestación de la forma que constituye
con el factor principal, como los ataques de
MUCHO LATE. Para todos, cuando se presen-
ta la forma se describe en términos de sus co-
lores, tamaño, posición, a fin de que sea
suficiente a la hora de PUNTO IMPACTO, a punto
eficaz en.

A DETERMINAR

Alianza Francesa visita

A DIRETORIA da Aliança Brasileira em Berlim comprou aos alemães que entregassem uma cópia do material no dia 20 de setembro próximo, dizendo quando então seria visitado o cargo "FRANCO". As inscrições podem ser feitas a partir do dia cinco de setembro até o dia vinte e seis de julho. A sede da Aliança Brasileira é a Rua de Potsdam, 107, de 10.000 de Aliança Brasileira para 1974 pelo endereço: Rua de Potsdam, 107, 10.000.

Castanha de Caju

COLCHÃO DE MOLAS PRIMOR

Fonte: Gazeta de Sergipe, 17/01/69, p. 01.

No livro *A Tutela Militar em Sergipe*⁴, o autor Ibarê Dantas apresenta o clima de agitação e de terror que se instaurou em Sergipe, após o regime militar, com as “prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial, marcadas por arbitrariedades” (DANTAS, 2014, p. 35).

Em Sergipe no ano de 1964, quatro periódicos circulavam em Aracaju: a *Gazeta de Sergipe*, *Folha Popular*, *Correio de Aracaju* e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Os militares ocuparam a *Gazeta de Sergipe* e “[...] decidiu-se que [...] poderia continuar circulando, mesmo porque não havia outro órgão diário para divulgar os atos da ‘Revolução’ com certa abrangência [...] mas ficaria submetida à censura prévia das matérias” (DANTAS, 2014, p. 38).

Durante toda a ditadura os militares passaram a controlar, por meio da censura nas redações dos jornais, as informações que eram divulgadas pela imprensa, com o objetivo de impedir a publicação de críticas desfavoráveis ao regime e assim angariar o apoio popular. A censura no Brasil se inicia em 1967 com a Lei da Imprensa e se torna mais rigorosa com a instauração do AI-5, em 1968, no governo de Costa e Silva. Assim sendo, estava proibido noticiar atos de tortura, declarações contra o governo, prisões, assassinatos, desaparecimentos, movimentos contestatórios e até mesmo a divulgação da existência de censura.

Podemos identificar dois tipos de censuras utilizadas contra os jornais: a autocensura “[...] diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais” (AQUINO, 1999, p. 222). À vista disso, a autocensura consistia em telefonemas e bilhetes enviados às redações dos jornais com ordens do que deveria ser publicado e dos assuntos que não deveriam ser abordados. O outro meio de coerção era a censura prévia que contava com a presença de “[...] censores na redação do periódico, sendo que estes, após a preparação de todas as matérias, realizavam uma leitura, selecionando e cortando aquilo que, segundo suas instruções, não poderia ser divulgado” (AQUINO, 1999, p. 224). Para a autora, “[...] a censura prévia, na maioria das vezes, foi um recurso repressivo estabelecido nos órgãos de divulgação que se recusavam aceitar as ordens, publicando as matérias apesar da proibição” (AQUINO, 1999, p. 224).

⁴ Ao contrário desta pesquisa, que defende o período entre 1964 a 1985 como uma ditadura, no livro *A Tutela Militar em Sergipe*, o historiador Ibarê Dantas não considera o período militar como uma ditadura, mas como um regime autoritário ou uma contrarrevolução.

Gazeta de Sergipe passou tanto pelo autocensura quanto pela censura prévia das suas matérias. Na redação do jornal, de acordo com Reis (2014, p. 50) “[...] as notícias eram selecionadas com o maior cuidado possível e na dúvida a ‘decisão deveria ser pelo lápis vermelho’, pois por maiores cerceamentos que houvesse era preferível publicar o que era ordenado ao ter o jornal fechado”.

Além da censura e do fechamento de jornais, inúmeras medidas repressivas eram aplicadas à imprensa: prisões e perseguições aos jornalistas, perdas dos seus direitos políticos, invasão e destruição de maquinário, ataques a bombas às bancas de jornal. Desta forma, muitos periódicos preferiram aliar-se às diretrizes ideológicas do regime e publicavam as notícias que agradavam aos militares. Já que fazer oposição significava prejuízos econômicos aos jornais que, para se manter, devido aos elevados custos da publicação, dependiam de investimentos financeiros do governo. É o que se percebe com a *Gazeta de Sergipe*, pois sofrendo com constantes ameaças e prisões de alguns de seus redatores vai se colocar a serviço dos militares. Logo, passando a defender, por meio das suas publicações, as ações da ditadura ou amenizando seus atos violentos.

Em Aracaju as principais fontes de oposição, de acordo com Dantas (2014), “[...] vinham do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo do ‘Correio da Manhã’, ‘Última Hora’ e do ‘Jornal do Brasil’, que mesmo sofrendo com a censura, prisões de jornalistas e apreensão de seus exemplares, denunciavam arbitrariedades da ditadura” (DANTAS, 2014, p. 121).

É importante mencionarmos a imprensa alternativa que, por intermédio dos jornais como *O Pasquim*, *Resistência*, *Coojornal* e *Opinião*, teve importante papel como símbolo de resistência e oposição à ditadura. Esses impressos faziam críticas à censura e denunciavam as violências cometidas pelos agentes do governo. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, a “[...] a imprensa alternativa tornou-se veículo para expor os problemas e cobrar a restauração da democracia, o respeito pelos direitos humanos e fazer críticas ao modelo econômico” (CNV, 2014, p. 383). Pagando, desta maneira, o preço com as arbitrariedades do regime, sendo os jornalistas constantemente perseguidos e suas edições submetidas a regimes especiais de censura prévia. Portanto, os jornais alternativos, opondo-se aos discursos triunfalistas emitidos pela grande imprensa, contribuíam para a indignação da população contra a ditadura.

2 SEÇÃO II – REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NOS JORNAIS SERGIPANOS (1968-1978)

Durante o regime militar houve um grande interesse por parte do governo brasileiro em propagar, por meio dos meios de comunicação (jornais, revistas, rádios e televisão), uma imagem favorável das suas ações, como forma de convencer a sociedade dos seus atos. A propaganda governamental foi responsável por sustentar no imaginário do povo uma imagem positiva da ditadura militar. Criando mitos e uma visão distorcida em que ocultava a tortura, censura e os assassinatos cometidos pelos agentes do estado. Diante desta memória construída em torno do regime, ainda hoje os militares recebem créditos positivos daquela época.

Sendo assim, esta seção tem por finalidade entender a contribuição da *Gazeta de Sergipe* na sustentação do ideário do regime militar, para isso foi feita uma análise das matérias políticas produzidas no período e divididas nos eixos apresentados a seguir.

3.1 PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO DA “REVOLUÇÃO DE 1964” AO POVO BRASILEIRO

No jornal *Gazeta de Sergipe* eram constantes as matérias publicadas em favor da “Revolução de 64”, assim intitulada pelos militares, como forma de justificar as suas ações antidemocráticas. Podemos identificar no jornal várias edições propagando a “Revolução de 64” como “garantia de segurança econômica e da verdadeira democracia”, no “combate ao comunismo e a corrupção”, por fim, exaltando os “militares como heróis nacionais” (GAZETA DE SERGIPE, 1968 a 1970).

Na *Gazeta de Sergipe*, encontramos, seja em reproduções de fala de políticos ou nos editoriais, afirmações de que a “Revolução de 64” garantiu “um clima de prosperidade política, econômica e social no Brasil”, e foi responsável em “libertar o seu povo da miséria, da fome, e do analfabetismo”. Além de prover “um clima de segurança a grande família brasileira em torno dos negócios e investimentos”, por “assegurar emprego aos trabalhadores” e “oportunidades de estudos a juventude” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). Essas afirmações de que a “Revolução de 64” permitiu a tranquilidade social e econômica e o desenvolvimento do país colocavam a ditadura militar como expressão máxima dos desejos e anseios da maioria dos brasileiros.

No jornal, percebemos também um esforço em propagar que o governo instaurado pelos militares era “democrático” e os seus atos representavam “mudança”, “renovação” em todas as esferas brasileiras. Em discurso publicado no dia 12/12/65 pelo periódico, o presidente Castelo Branco afirma que a “revolução” “[...] veio assegurar o país à boa prática das instituições democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 12/12/65). Em outra matéria, o jornal aponta que o “[...] processo revolucionário introduz medidas progressivas que objetiva a democracia efetiva e verdadeira” (GAZETA DE SERGIPE, 09/08/69). Desta forma, disfarçando-se de “verdadeira democracia”, mas sendo na prática o seu maior transgressor, a ditadura impedia e excluía a participação da população da esfera política e social.

Outro fator utilizado pelo regime para se legitimar era apresentar as medidas do governo como uma reação à propalada propagação do comunismo. Conforme Rezende (2013, p. 55), “[...] havia um enorme empenho no sentido de mostrar para a população que o comunismo sintetizava tudo o que poderia ser entendido por antinacional, antidemocrático, antiesperança, antifamília, etc.”. Desta maneira, o comunismo era considerado o inimigo real da “Revolução de 64”, contra o qual ela estaria lutando e para “acabar com esse mal” era necessária a adesão de toda a população brasileira.

A propagação do “medo comunista” e das ideias anticomunistas era muito comum nos meios de comunicação, na *Gazeta de Sergipe* não era diferente. Frases como “[...] a revolução vai livrar o Brasil do comunismo [...]” eram bastante divulgadas no periódico. Pode ser citada como exemplo a matéria publicada em 01/04/70 que relata um discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe. De acordo com o relato podemos perceber que o general alerta aos alunos o “perigo do comunismo”, apresentando as técnicas das quais os “comunistas” utilizavam para conquistar mentes por meio das propagandas “subversivas”. Ao final da matéria ele adverte aos soldados os “perigos” dessa doutrina que, segundo ele, tinha como objetivo “dominar o país” (GAZETA DE SERGIPE, 01/04/70).

Figura 4 – Discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe (1970)

Graciliano fala da Revolução que Baniu os Corruptos

“A revolução que baniu do poder os corruptos e subversivos e iniciou um processo eficaz de combate a seus métodos, adotando também uma política de desenvolvimento compatível com a realidade brasileira, foi segundo o conferencista o resultado da grande reação nacional contra, inclusive, as oligarquias corruptas que transformavam o País inteiro em campo de manobra de grupos, em sucessivos conchavos para atendimento de interesses particulares”, foi o que declarou, ontem, o General Graciliano Nascimento, nesta capital.

O General José Graciliano Nascimento proferiu à noite de ontem, aula inaugural para os alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Sergipe. O tema da conferência, “A Infiltração Subversiva no Brasil”, foi relatado com clareza e pre-

cisão pelo chefe do SNI em Sergipe, que fez um histórico do processo da subversão no País, iniciando pela criação do Partido Comunista e a pregação subversiva da organização internacional vermelha, que de Moscou comandou a deflagração da guerra revolucionária no Brasil e em toda a América Latina.

Os processos e as táticas utilizadas pelos adeptos da doutrina de Marx e Lenine, foram reveladas pelo General Graciliano, que mostrou o desenvolvimento da insidiosa campanha comunista de novembro de 1953. O General mostrou a submissão do Partido Comunista Brasileiro, às ordens emanadas do exterior, apontando a participação de diversos técnicos em subversão, que foram enviados para apoiar o movimento liderado por Luiz Carlos Prestes, que por seu turno recebeu — também

longo curso de preparação na União Soviética.

PROPAGANDA E DOMINAÇÃO

Mostrando as técnicas das quais se utilizaram os comunistas em sua propaganda subversiva, inclusive nas suas formas subreptícias, o Gal. Graciliano Nascimento advertiu aos jovens militares para os perigos deste tipo de doutrina, que baseado no que se convencionou chamar de “idéia força”, procura conquistar as consciências tornando-as dóceis à propaganda vermelha.

O processo de infiltração exercido pelos comunistas — continuou — exercido nas camadas políticas, nos setores sindicais e até mesmo nas forças armadas, do qual são exemplos os acontecimentos ocorridos antes da revolução de 64, é um exemplo marcante da vontade comunista de dominar o País.

O VALOR DA CONSCIÊNCIA

Graciliano destacou em seguida, o valor da formação de uma consciência nacional voltada para os interesses do País e peonita a repelir a todas as investidas do comunismo internacional, apontando a notável reação do povo brasileiro, que antecedeu à revolução de 31 de março, como uma forma atuante desta consciência de brasilidade.

Os fatos que se desenvolveram antes de março de 64, com a cumplicidade dos próprios detentores do poder, somente se tornaram possíveis, — afirmou — pela ausência dos princípios dos que tinham àquela época o comando político. A desmoralização da autoridade, o desmando administrativo, a corrupção generalizada, a inflação galopante, foram os fatores dos quais se utilizaram abertamente os comunistas para a investida ao poder.

As campanhas feitas pelos militares em torno do “medo comunista” e a desmoralização aos ideais comunistas serviam ao seu projeto de legitimidade e conquista de apoio da população. Na maioria dos casos os militares taxavam de comunistas todas as instituições e categorias (operários, estudantes, organizações de esquerda e professores) que representassem alguma ameaça ao seu projeto, com o objetivo de neutralizar suas ações e imprimir uma violenta repressão. É possível perceber em alguns discursos da *Gazeta de Sergipe* que os militares até reconhecem que em determinadas situações agem “com medidas extremas”, porém defendem que são necessárias para “deter a escalada subversiva no país” (GAZETA DE SERGIPE, 1969).

Outra propaganda utilizada para promover a “Revolução de 64” foi o discurso contra a corrupção, em que os militares estavam dispostos a “extirpar esse mal do Brasil”. O jornal *Gazeta de Sergipe* foi um grande propagador da “Revolução de 64”, vista como responsável por eliminar a corrupção no Brasil. Frases como “a persistência e obstinação das forças militares que não se sensibilizam diante da marotagem dos corruptos” (GAZETA DE SERGIPE, 03/05/69) eram propagadas à população sergipana. Encontramos também discursos afirmando que “com o novo governo instaurado os corruptos dificilmente escaparam. Pode demorar, mas eles serão apanhados na rede da punição” (GAZETA DE SERGIPE, 03/05/69).

Também é possível encontrar o projeto de criar uma memória nacional mediante o culto a “heróis nacionais” do passado e sua relação com a imagem dos militares. Em relação a isso, identificamos várias matérias exaltando figuras como Tiradentes, D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, D. João VI e o Duque de Caxias. O último era apresentado como “patrono do exército brasileiro”, “um exemplo de dedicação e amor à pátria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Igualmente, com o objetivo de incutir uma imagem positiva a respeito dos militares na sociedade brasileira, principalmente entre os jovens, inúmeras homenagens eram feitas pelo jornal aos soldados que aparecem como “heróis” e “protetores da pátria”, ou como aqueles que são chamados para “livrar o país dos males que o atacam” e que por isso são “defensores das liberdades democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 1970). As propagandas em torno do soldado como herói nacional, de acordo com Rezende (2013, p. 70), buscavam produzir a “[...] consciência coletiva favorável a ela alegando que somente um setor do grupo de poder, no caso, os militares, teriam condições de resguardar e

desenvolver esses valores que seriam o próprio fundamento, segundo eles, do movimento de março de 1964”.

Não obstante, a partir das propagandas em torno dos militares como garantidores da paz, ordem e da segurança, tentava-se amenizar os impactos das suas ações ditatoriais, buscando reconhecimento do povo brasileiro.

3.2 OS ATOS INSTITUCIONAIS NA DITADURA

Os Atos Institucionais foram instrumentos criados pelo regime militar para a manutenção no poder e eram lançados com o objetivo de reprimir e punir os opositores do regime. Na ditadura militar, o Ato Institucional mais repressor foi o AI-5, passando a vigorar a partir de 13 de dezembro de 1968, no governo do General Arthur da Costa e Silva.

O AI-5 representou a negação de qualquer liberdade democrática, legitimou a tortura, as prisões arbitrárias e ilegais, assassinatos e sequestros e instituiu o medo. Por meio dele, vários direitos e/ou garantias constitucionais foram suspensos, a exemplo do *habeas corpus*. Além disso, o Executivo foi dotado de amplos poderes, o que garantiu ao general-presidente fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos de opositores políticos, confiscar bens, e estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação (HABERT, 2001, p. 10). O AI-5 deixou várias sequelas na sociedade, retirando o direito de expressão, de manifestação e violando vários outros direitos fundamentais às liberdades do povo brasileiro.

No regime militar foram utilizadas várias estratégias para justificar este e outros atos impostos à população com a finalidade de buscar a sua aceitação, evitando manifestações contrárias. Eles eram representados e mantidos como necessários para a manutenção da “ordem”, “segurança”, “democracia”, a “moral e aos bons costumes” e a para a preservação e defesa da própria “Revolução de 64”. Até os casos de torturas, segundo Médici, eram justificados para obter confissões e evitar “um mal maior”. De acordo com Rezende (2013, p. 35), “[...] os condutores do regime partiam da perspectiva de que eles ganhariam adesão à sua proposta de organização se conseguissem uma opinião pública cada vez mais favorável a seus feitos e intenções”.

Em Sergipe, logo após a instauração do AI-5, o jornal *Gazeta de Sergipe* publica uma matéria, na primeira página, apresentando o discurso do Ministro da Justiça Gama e

Silva, e aponta os reais motivos para a aprovação desse ato institucional. Segundo a fala do ministro, o AI-5 representava a “[...] defesa dos interesses superiores da nação e do povo brasileiro”. Continuando, Gama e Silva explica à população brasileira que estava sendo observada “[...] uma série de fatos atentatórios aos direitos individuais, a paz e a tranquilidade pública, ameaçando tais procedimentos as próprias garantias, que a Revolução reservou para o povo brasileiro” (GAZETA DE SERGIPE, 15/12/68). Diante da declaração do ministro, podemos perceber que a ditadura justificou o AI-5 e todas as suas medidas de exceção, alimentando na sociedade o imaginário do medo, da insegurança, e da desordem; todo esse clima de intranquilidade era causado pelos “inimigos da nação brasileira”: o comunismo e a corrupção.

Figura 5 – Editorial sobre as primeiras prisões efetuadas pela “Revolução de 1968”

Dia da Vitória

Há mais de uma década que nos batemos contra a impunidade dos criminosos, sempre amparados pelos políticos influentes do Estado. As novas denúncias honestas e corajosas sempre tiveram o acolhimento da opinião pública, não obstante a certeza de que nada aconteceria aos mandantes pistoleros, peculatórios, negociatas.

Veio a Revolução de 64 que se perdeu atrás das bruxas e deixou tranquilos os responsáveis pelo caos econômico, pela evasão de impostos, homicídios políticos, fraudes eleitorais, enriquecimentos ilícitos, sob as modalidades mais diversas.

Hoje, porém, podemos afirmar que a vitória foi completa com a prisão de corruptos e criminosos, os primeiros apanhados na rede da Revolução de 68.

As primeiras prisões de estudantes deixaram o povo descrente da nova ordem implantada com o Ato Institucional nº 5, porém, agora, não há como encobrir os fatos tão evidentes. A Revolução começou no Brasil pela estrada larga que conduz o País aos seus destinos de Nação poderosa e em marcha para libertar o seu povo da dependência estrangeira, e em con-

sequência, da miséria, da fome, do analfabetismo, enfim, do subdesenvolvimento, o inimigo número 1 de todos nós.

O subdesenvolvimento resulta de uma economia colonial e de uma soberania de aparências, sufocada pela corrupção política partida de cima para baixo, como um polvo a estender seus tentáculos por todos os lados a fim de impedir o bem estar social dos brasileiros.

A limpeza vai lentamente sendo procedida com a coleta de documentos comprobatórios de crimes e peculatos. O povo, com efeito, passou a sentir alegria, contentamento, confiança na Revolução de 64. Apenas gostaria que o processo tenha maior velocidade. E esse contentamento geral do povo brasileiro revela que tantos anos de corrupção não foram bastante para destruir os sentimentos morais que ornaram os caracteres individuais da nossa gente.

Chega a Revolução de 68 a tempo de respaldar-se nesse apoio popular que imprime segurança, vontade firme de contribuir para a renovação do nosso sistema capitalista e político em bases representativas.

Seguindo com a análise do jornal, identificamos vários editoriais em apoio ao AI-5, contribuindo para legitimar o ato perante a sociedade sergipana. Chamado de “Revolução de 68”, o periódico apresenta o AI-5 como “o meio legal para a punição dos ladrões, da corrupção, dos crimes de homicídio e de contravenções fiscais”, fazendo elogios à sua “ação saneadora”. Percebemos o esforço do jornal em apresentar o AI-5 como algo “popular” ou que merecia prestígio de vários setores da população brasileira, por seus “feitos” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). Neste sentido, podem ser citadas como exemplo afirmações do tipo: “Revolução de 68 eclodiu e ganhou todas as camadas sociais”; “o povo, com efeito, passou a sentir alegria, contentamento, confiança na Revolução de 1964” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). A ideia era criar a impressão de que o país estava sendo “limpo”, “curado de todas as suas mazelas” e livre daquilo que representava um “empecilho” para o seu desenvolvimento.

Inferese, portanto, que as propagandas divulgadas na *Gazeta de Sergipe* eram utilizadas como “máscara” ocultando as ações negativas do governo com a aplicação desse ato repressor, negando qualquer possibilidade do povo à democracia e de participação dos indivíduos no cenário político.

3.3 RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR

Durante todo o regime militar foram muitos os brasileiros que lutaram e resistiram às mais severas medidas implantadas pelo governo. Sendo assim, os estudantes, as organizações de esquerda, os artistas, os operários e os setores da Igreja manifestaram-se das mais variadas formas em meio à forte repressão. Os militares viam subversão em tudo e não admitiam ser questionados ou criticados, quem desafiasse o regime sofria os mais duros atos de violências como a prisão, a tortura, os assassinatos, a clandestinidade e o exílio. Os movimentos estudantis eram declarados ilegais, as greves dos operários eram vistas como atentados à ordem nacional, os líderes dos trabalhadores tidos como esquerdistas eram perseguidos e os sindicatos desmantelados. Vivia-se, assim, um clima de medo e intranquilidade.

De acordo com Rezende (2013):

Aqueles que não aderiam ao regime militar eram considerados fora dos parâmetros democráticos⁵, portanto, expostos a todos os males que isto acarretava. A repressão e a violência contra o movimento operário, a desestruturação dos sindicatos, a limitação da lei de greve, etc., eram garantidas pelos atos institucionais; os quais eram apresentados como uma exigência da democracia que a ditadura estaria criando. (REZENDE, 2013, p. 83).

A prisão era o destino daqueles que pensavam e agiam politicamente diferente da ditadura militar, as pessoas eram detidas com uso de meios ilegais, os presos eram mantidos durante longos períodos em incomunicabilidade, as prisões se davam na forma de sequestros, sendo a integridade física e psíquica agredida com o uso de violências. Tudo isso causava sofrimentos também aos seus familiares que ficavam sem informações e, por isso, percorriam uma luta infundável em busca de notícias em estabelecimentos policiais. Esse sofrimento deixara marcas permanentes em todas as vítimas, como sequelas físicas e psicológicas.

Na prisão eram aplicadas as mais severas formas de torturas (física e psicológica), “[...] sequestros, ameaças, interrogatórios infundáveis, dificuldade de comunicação com familiares e advogados, entre outras modalidades de desrespeito aos direitos humanos”. (ARAGÃO, 2013, p. 23). Com o campo de ação reduzido e com o endurecimento da repressão, parte da esquerda brasileira optou pela luta armada para enfrentar o regime, a exemplo das guerrilhas urbana e rural, mas que foram duramente reprimidas pelas forças militares. Com o objetivo de impedir e desarticular qualquer manifestação contrária ao regime militar, os meios de comunicações foram utilizados para construção de uma imagem negativa dos que iam de encontro às ações do governo, buscando eliminar qualquer discurso de oposição ao ideário de ordem social defendida pela ditadura.

⁵ De acordo com o *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Ideias, Instituições e Personagens*, “a democracia não se confunde com uma tolerância indiferente a todas as ideias, visto que deve estar em afinidade com ela tudo que **preserve a autonomia** e a **dignidade do indivíduo**. Neste sentido, a **sua base é o diálogo** e não a violência; **a argumentação racional** e não a entrega acrítica a uma doutrina ou a entrega a um líder carismático; **a ação voluntária** e não a submissão fatalista às tradições ou às formas corporatistas e corporativas de representação; as ideias de **universalidade e de igualdade** e não o culto aos particularismos” (SILVA; MEDEIROS; VIANNA, 1999, p. 169).

Conforme o significado da palavra democracia apresentada e o de acordo com o que foi observado na pesquisa, podemos concluir que: a democracia defendida pelos militares foi o oposto ao conceito de democracia construído historicamente. Foi observado, que durante a ditadura ocorreu o desrespeito a Constituição, a supressão de direitos individuais, violência (institucionalização da tortura, assassinatos, censura e prisões) e transferência do poder Legislativo aos militares, além da exclusão da maioria do povo das decisões do governo.

Para compreender como a *Gazeta de Sergipe* apresentava à população sergipana os grupos de resistência ao regime, foram selecionadas matérias do movimento estudantil e da luta armada. Devido à censura, muitos jornais ficavam proibidos de noticiar as manifestações populares, mas é possível encontrarmos várias matérias que retratam a luta dos estudantes contra a ditadura e os atos de violências tomados pelos militares para conter as manifestações. Por meio do jornal, podemos acompanhar as passeatas estudantis em São Paulo e em diversas capitais brasileiras, assim como prisões de estudantes sergipanos que foram participar do XXX Congresso da União Nacional Estudantil (UNE).

Em relação às ações dos militares contra as manifestações dos estudantes, o periódico afirmava “[...] não achamos que possam nossas autoridades solucionar a grave série a crise universitária com o emprego da força, da violência, da simples repressão policial-militar” (GAZETA DE SERGIPE, 15/10/68). Identificamos no jornal certo apoio ao movimento estudantil, como apontado no editorial, publicado dia 09/10/68: “[...] as lutas estudantis são validas e merecem os respaldos devidos, quando não traduzem interesses alienados expressos em linguagem orientada” (GAZETA DE SERGIPE, 09/10/68). Todavia, percebemos também que o periódico, vez ou outra, tenta desestruturar o movimento afirmando que estes estariam sendo influenciados por grupos de “subversivos”.

Como justificativa para o uso da violência contra as manifestações de oposição, o regime usava a imprensa para fazer apelo aos pais para que não permitissem que seus filhos participassem das manifestações organizadas contra a ditadura. Segundo o jornal, esses atos eram organizados por “agitadores” e “desordeiros” que colocavam em “perigo a vida do povo nas ruas”. A ideia era desqualificar os movimentos de oposição apresentando-os da forma mais negativa possível e fazer a população acreditar que as medidas repressivas visavam proteger a sociedade contra “perigo de uma minoria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Sobre as resistências das organizações de esquerda, encontramos uma série de adjetivos que os enquadravam como “subversivos”, “comunistas”, “terroristas”, “nocivos à segurança do país” e “inimigos da pátria”. Nas notícias de confrontos com a polícia, os grupos envolvidos na “subversão”, assim considerados, eram os primeiros a atirarem na polícia, “eram fugitivos armados”, “ladrões”, “assaltantes” (GAZETA DE SERGIPE, 1968 a 1970).

Em matéria publicada no dia 29/05/69, resultando na prisão do líder estudantil Marcos Antônio e do teatrólogo Fausto Machado Freire, a *Gazeta de Sergipe* informava que os envolvidos em “subversão”, depois de um longo tiroteio com a polícia, assaltaram o negociante Cesário Roubim e roubaram dois carros durante a perseguição. Segundo o jornal, não resta a menor dúvida de que os fugitivos “integram uma quadrilha de assaltantes de bancos” (GAZETA DE SERGIPE, 29/05/69).

O periódico fazia campanha e travava uma verdadeira “guerra ideológica” contra o que denominava de “terrorismo”. Inúmeras chamativas eram publicadas convocando a população sergipana a se unir para o “combate desse mal”. Outra forma de discurso consistia associar as ações desses grupos como causadoras de mazelas sociais. Podemos perceber na fala do governador de São Paulo, Hilário Torloni, que pede a atenção do povo “[...] para com os agitadores, para com os exploradores das angústias do povo eles querem agravar os problemas destruir a economia e semear o ódio” (GAZETA DE SERGIPE, 13/06/69).

No governo de Médici, no chamado “milagre econômico”, notamos que os discursos em torno das ações das organizações de esquerda eram associados à causadora de atraso econômico e progresso do Brasil, desviar o governo no seu caminho de paz e retardar o processo de desenvolvimento nacional.

Diante dos fatos abordados, conclui-se que existia todo um aparato de propaganda para demonizar a oposição e convencer a população de que eram pessoas perigosas e que por isso necessitavam de medidas repressivas. Em fala do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sobre denúncias de tortura no país, este declara: “[...] ninguém, no Brasil, é preso por ter pensamento diferente do governo. No Brasil, não existem presos políticos e sim: terroristas detidos” (GAZETA DE SERGIPE, 02/08/70). Para os agentes da ditadura, “quando a tortura não era negada, era justificada para salvar inocentes da contaminação das ideias ou das práticas letais terroristas. A tortura era um mal necessário para a produção de um bem coletivo: a segurança da sociedade” (CNV, 2014, p. 323).

Figura 6 – Prisão de Marcos Antônio Azevedo e Fausto Machado Freire envolvidos em “subversão” (1969)

Prêso 2 Terroristas

RIO — O líder estudantil Marcos Antonio Azevedo Meir condenado pela Auditoria Militar por subversão e o teatrólogo Fausto Machado Freire também envolvido em subversão foram presos no dia de ontem na Vila Isabel durante um cerrado tiroteio com os guardas da Rádio Patrulha e soldados da Polícia Militar minutos depois de assaltarem em Ipanema o negociante Cezário Houbin, de quem roubaram um Aerowillis chapa da Guanabara 25644-35.

Segundo pessoas que presenciaram a prisão, ela mais parecia cenas cinematográficas tomadas ao vivo já que os dois elementos ao se verem cercados pela Polícia, que antes fora alertada pelo negociante que perdeu o carro fugiram debaixo de cerrado tiroteio e depois roubaram uma kombi com a qual encheram nova fuga após estarem fechados pela guarnição da Rádio Patrulha.

BATIDA

A kombi dos fugitivos bateu em um carro de passeio e o acidente deu tempo a que os policiais alcançassem os fugitivos que depois livraram-se das armas que momentos antes dispararam. O estudante Marcos Antonio saiu baleado na perna e foi atendido no Hospital Souza Aguiar. A polícia não tem dúvidas de que os detidos integram uma quadrilha de assaltantes de bancos e espera que Marcos Antonio e Fausto Machado Freire deem informações que possibilitem a identificação dos demais componentes do bando.

A polícia acha ainda que ambos integram um grupo que segunda-feira libertou nove presos da Penitenciária Lemos de Brito. Também acham as autoridades policiais que se não tivessemapanhado o Aerowillis roubado, um novo banco seria assaltado nas próximas horas.

Essas declarações eram usadas para justificar as torturas e os assassinatos aos opositores, negadas pelos agentes do estado ou encobertas com versões falsas, quase sempre reproduzidas pela imprensa, de “atropelamentos”, “suicídios” ou “morte em tiroteio”.

3.4 EM NOME DO “DESENVOLVIMENTO” ECONÔMICO

Entre os anos de 1969 e 1973, o Brasil vivenciou o chamado “milagre econômico”. Nesse período o país passou por um ritmo acelerado na sua economia, apresentando crescimento do PIB e expansão das suas indústrias. O “milagre econômico” baseava-se numa política fiscal de incentivos e isenções, que favorecia a entrada maciça de capitais estrangeiros, seja na forma de investimentos ou de empréstimos. As medidas adotadas pelas autoridades militares resultaram na concentração de capitais em alguns setores da população, como o crescimento localizado em determinadas áreas do país, além de serem causadoras da dívida externa (HABERT, 2001, p. 13).

Durante o “milagre”, os grandes empresários e classe média urbana foram os únicos beneficiados com os efeitos da economia, principalmente a classe média que pôde ter acesso a inúmeros bens por meio dos financiamentos anunciados diariamente. Para a maioria dos trabalhadores brasileiros, a vida era diferente, pois recebiam menos de um salário mínimo. Segundo Peres (2014, p. 67), “[...] o suposto ‘milagre’ servia de pano de fundo para a camuflagem de uma série de medidas que deterioraram a vida da população em geral: arrocho salarial, jornadas de trabalho mais longas, controle do ambiente sindical”. Além do arrocho salarial, os trabalhadores sofreram várias retiradas de direitos trabalhistas, como: estabilidade no emprego, proibição total das greves e de manifestações e o controle sobre os sindicatos, aumentando na classe trabalhadora a insegurança e a exploração. Outros problemas sociais eram corriqueiros no “milagre brasileiro”: a subnutrição, mortalidade infantil, acidentes de trabalho e o êxodo urbano e rural.

Dito isso, as propagandas realizadas nos meios de comunicação nesse período tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares como as construções de pontes, estradas, rodovias, estádios de futebol. Além de projetar para a população brasileira mensagens otimistas, mostrando o país como um lugar ótimo de viver, ou exaltando a imagem do povo brasileiro. De acordo com Abreu (2002):

Era importante para o governo que a imprensa divulgasse as conquistas e avanços de sua política econômica, já que o desempenho da economia era uma fonte de legitimação política para um regime instalado e mantido pela força. As editoriais de economia dos jornais e revistas rapidamente conquistaram grande espaço e prestígio, e foi no seu interior que foram introduzidas inovações que em seguida se estenderam a toda a redação. (ABREU, 2002, p. 10).

No jornal *Gazeta de Sergipe* eram constantemente divulgadas “as grandes realizações do regime militar”, a exemplo dos avanços da indústria automobilística, os índices econômicos da indústria do país, o desenvolvimento no Nordeste e os investimentos em saúde e educação.

Além de reportar as notícias do denominado desenvolvimento econômico nacional, a *Gazeta de Sergipe* também noticiava o “milagre econômico” em terras sergipanas. Assim, exaltava as descobertas de novos poços de petróleo e de minérios, principalmente no município de Carmópolis. De acordo com as publicações do periódico, as descobertas petrolíferas possibilitariam ao estado o crescimento do seu parque industrial e a criação de empregos.

Na matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, o presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, o Sr. Eziel Mendonça, afirma que “[...] todos os sergipanos estão contentes, pois compreendem que ninguém poderá parar o desenvolvimento do Estado” (GAZETA DE SERGIPE, 19/02/1971). Publicações do tipo contribuíam para incutir uma avaliação positiva do regime, fazendo com que as mazelas fossem colocadas em segundo plano em nome do propalado “progresso econômico”.

Figura 7 – Matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe* (1971)

POVO ACOMPANHA O SURTO DO PETROLEO EM SERGIPE

— Garrotearam de tal forma o desenvolvimento de Sergipe que ele seja petróleo por todos os poros», esta afirmação foi feita pelo coronel Benedito Cordeiro Montenegro, Administrador do Porto de Aracaju, acrescentando que o Porto de Aracaju recebe da Petrobrás em pagamento pela exploração de petróleo. Se vai haver um aumento da exportação de petróleo o Porto de Aracaju receberá maiores quantidades de recursos.

INDUSTRIA E COMÉRCIO

O Presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, sr. Ezeiel Mendonça afirmou que é uma

alegria para todos sergipanos, a descoberta de mais petróleo em nosso Estado. Todos sergipanos estão contentes pois compreendem que ninguém poderá parar o desenvolvimento do Estado. Com o aumento das atividades da principal indústria brasileira petrolífera, só quem terá a lucrar é Sergipe. Os industriais sergipanos, que sempre estiveram preocupados com os problemas do Estado, estão de mãos dadas com a Petrobrás.

Também o Presidente da Associação Comercial do Estado está contente, porque o aumento dos trabalhos da Petrobrás é inevitável com a descoberta do campo de Caço-

ba e Brejo Grande, só poderá trazer maior nível de investimento. A notícia foi alvissareira pois caiu em um momento muito propício, quando se falava na queda da produção de petróleo em Sergipe. De agora em diante,

De agora em diante não mais a Petrobrás poderá pensar em mudar a Superintendência da Petrobrás de Sergipe, foi o que disse o sr. Ailton Valença Presidente da Associação Comercial de Sergipe.

ATIVADORES

A notícia da descoberta de petróleo no mar e terra foi recebida com mais entusiasmo pelos es-

tivadores. Eles já estão sem emprego há mais de 5 anos e agora vislumbram a oportunidade de voltarem a trabalhar. José Antônio, um dos ativadores, afirmou que todo sindicato vive com os olhos voltados para a Petrobrás.

JOSÉ MARQUES

Mas a que veste preto e que é o responsável pelo principal Centário de Aracaju, o São Benedito também acompanha fatos que estão acontecendo na área da Petrobrás em Sergipe. O coronel afirma que com a descoberta de petróleo virá mais gente morar em Sergipe e isto é muito bom.

Fonte: *Gazeta de Sergipe*, 19/02/1971, p. 01.

Também é perceptível um esforço do jornal em divulgar uma imagem positiva do presidente Médici, associada ao desenvolvimento e à segurança econômica do Brasil. Em várias editoriais, o presidente é comparado a Getúlio Vargas, tanto em nível da popularidade quanto das reformas econômicas e sociais. Ele é mostrado como o “gaúcho de simpatia popular”, “gaúcho tranquilo” e que “desfruta de prestígio enorme entre todas as camadas sociais brasileiras” (GAZETA DE SERGIPE, 01/11/72).

A imagem do presidente Médici também era apresentada como “líder do povo”, principalmente entre as classes operárias brasileiras, como um “grande estadista”, um “homem de confiança” e “homem que tem um imenso amor ao Brasil”. Em editorial publicado em 12/10/69, o jornal afirmava que:

Surge, agora, um líder nacional pronunciando coisas simples, mais tradutora das aspirações do povo brasileiro, de progresso econômico, bem-estar social, liberdade democrática e justiça social. As suas palavras inspiram confiança, induzem colaboração e tranquilizadoras arrastaram essa geração de jovens brasileiros a novas tomadas de posição. A sorte está lançada. Mãos à obra, povo brasileiro (GAZETA DE SERGIPE, 12/10/1969, p. 03).

Desta maneira, foi criado um “mito” em torno da imagem de Médici como o “conciliador” das diversas classes sociais e por isso deveria ser amado pela juventude brasileira. Podemos citar como exemplo desta afirmação a matéria publicada no dia 19/05/71, que consistia no resultado de uma pesquisa realizada entre 1.400 alunos do Colégio Estadual Professor Ernani Cardoso, em Bangu, com idade entre 14 e 20 anos, o presidente Médici foi apontado como o vulto mais importante da vida brasileira com 41,6%, seguido de Pelé com 10,4% e Getúlio Vargas com 4,9%.

Identificamos ainda várias matérias direcionadas ao operário brasileiro, exaltando o valor do trabalho para a “construção do Brasil”, ou como forma de “dignificar o homem”, além da exaltação do patriotismo e do civismo (GAZETA DE SERGIPE, 1970 e 1971). Portanto, os discursos divulgados durante o período do denominado “milagre econômico”, pela *Gazeta de Sergipe*, visavam tornar o regime aceitável e evitar todo tipo de contestação em nome do propalado “progresso”, “otimismo” e “amor à pátria”.

3 SEÇÃO III – TRABALHANDO COM NOTÍCIAS DE JORNAL EM SALA DE AULA

Este caderno de atividades é parte integrante da Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, com o título *Abordagem de temáticas da Ditadura Civil-Militar no jornal “Gazeta de Sergipe” (1968-1978)*.

As atividades apresentadas resultam em levantamento de publicações no jornal *Gazeta de Sergipe*, em que se buscou compreender como o periódico sergipano se posicionou em relação à Ditadura Civil-Militar entre os anos de 1968 e 1978. As edições utilizadas na pesquisa estão disponibilizadas na plataforma *on-line* da Universidade Federal de Sergipe, no endereço <http://jornaisdesergipe.ufs.br>.

A escolha da *Gazeta de Sergipe* decorre de que este periódico teve grande circulação no estado de Sergipe durante todo o período estudado. Constatou-se que o jornal, ao longo dos anos, apresentou-se favorável ao regime militar e suas publicações contribuíram para apoiar e legitimar a Ditadura Civil-Militar, influenciando a população sergipana neste sentido.

As atividades apresentadas a partir das fontes jornalísticas têm por objetivo despertar o pensamento crítico do estudante, auxiliando na compreensão desse período da história brasileira, a Ditadura Civil-Militar, a partir do trabalho com jornal de produção e circulação local.

O estudo de aspectos da Ditadura Civil-Militar é importante para o debate de questões do presente, sobretudo visando criar uma sociedade que defende os direitos humanos e a democracia.

As propostas didáticas também seguem orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2019) e do Currículo de Sergipe – Educação Infantil e Ensino Fundamental (SERGIPE, 2018), já que nesses documentos educacionais a temática aparece como conteúdo obrigatório do Ensino Fundamental. Assim, a BNCC preconiza que os documentos são fundamentais para a apreensão da história, ou seja, podem contribuir para “[...] facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música, etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de

objetos quanto de saberes. Nesta dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história” (BRASIL, 2019, p. 396).

A metodologia escolhida para o trabalho com as fontes jornalísticas em sala de aula segue os estudos de Freitas (2010) e Oliveira (2010). As atividades elaboradas foram baseadas em produções investigativas “[...] recomendável, necessário, desejado, (para o público com que trabalha) conhecer narrativa(s), confrontá-la(s), interpretá-la(s) e compreendê-la(s)” (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

4.1 CADERNO DE ATIVIDADES

HISTÓRIA

CADERNO DE ATIVIDADES

O jornal em sala de aula.

A Ditadura Civil-Militar no jornal “Gazeta de Sergipe” (1968-1978)

Série: 9º Ano do Ensino Fundamental

Finalidade: Análise de documento histórico em sala de aula

Fonte: jornal *Gazeta de Sergipe* (1968-1978). Disponível em: jornaisdesergipe.ufs.br/

4.1.1 Apresentação

Caro (a) professor (a), as atividades apresentadas a seguir têm como objetivo contribuir para o entendimento dos alunos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, trazendo para a sala de aula as memórias desse período, por meio das discussões da política econômica dos governos militares, das manifestações de oposição e resistências ao regime, da compreensão do AI-5, ato mais repressor da ditadura militar. Além de possibilitar que os discentes percebam de qual forma o regime se apresentava para a população brasileira, intitulado-se “Revolução de 64”.

As atividades foram fundamentadas nas fontes jornalísticas, tendo como objetivo despertar nos alunos a identificação e o posicionamento da *Gazeta de Sergipe* em relação à ditadura militar. Espera-se que, ao realizarem as tarefas, os estudantes possam desconstruir a visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”, identificando as graves

violações e os crimes praticados contra a humanidade entre 1964 e 1985, com a finalidade de valorizar a importância da cidadania, da democracia, dos direitos humanos.

4.1.2 A abordagem da BNCC neste caderno de atividades

Quadro 2 – Conteúdo, competências e habilidades do 9º ano abordados no Caderno de Atividades.

Unidade temática	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.
Objeto de conhecimento	-A ditadura civil-militar e os processos de resistência.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> • Gerais: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9 e 10; • Específicas de Ciências Humanas: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; • Específicas de História: 1, 2, 3, 4 e 7.
Habilidades	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.
Conteúdos	-A ditadura civil-militar no Brasil. Os anos de chumbo (1968-1978).

Fonte: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2019).

4.1.3 Atividades de interpretação de documento

4.1.3.1 Atividade 1

-Tema: Propagação da “Revolução De 64”

-Material utilizado:

Documento impresso “Abreu Sodré: Revolução deve prosseguir”

Documento impresso “Tabela Número de denúncias de tortura por ano”

Documento impresso “Tabela Estimativa de publicações (livros e revistas) examinadas/vetadas entre 1970 e 1982”.

Documento impresso “Tabela Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos políticos”

-Tempo e Duração da Atividade: 2 aulas de 50 minutos

-Descrição da atividade para o professor (a):

Professor (a) distribua à sala em grupo com quatro componentes e em seguida entregue a cópia do texto “Abreu Sodré: revolução deve prosseguir”. Após a leitura, os alunos serão levados a identificar de que forma a matéria faz referência à ditadura militar, registrando as informações no seu caderno ou respondendo oralmente. Os alunos deverão apontar que o jornal apresentava a “Revolução de 64” como a responsável por garantir à segurança, o desenvolvimento econômico, a democracia, o combate à corrupção e o terrorismo.

É importante que o docente trabalhe com os alunos o conceito de revolução e golpe de estado para a melhor compreensão da atividade, ou, se preferir, solicite que eles façam a pesquisa, podendo ser realizada via internet, por meio de livros ou dicionários e leve o resultado para o debate em sala de aula. Depois de concluída esta etapa, os alunos poderão desconstruir a ideia de que o golpe de 64 foi uma “revolução”, conforme apresentado no jornal. Logo após, serão distribuídas as três tabelas apresentadas a seguir e os alunos serão levados a perceberem os dados sobre censura, assassinatos e torturas cometidas durante o regime militar e confrontá-los com as informações propagadas no jornal sobre a “Revolução de 64”.

O professor (a) poderá retomar as discursões apresentando que essas práticas foram cometidas durante todo o período do regime militar, constituindo-se crimes contra a humanidade e de graves violações aos direitos humanos. Podendo explicar que a ditadura militar, longe de ser considerada uma “revolução” em “defesa da democracia”, como se propagava na imprensa, foi uma forma autoritária de governo e que mais desrespeitou e anulou os valores democráticos do cidadão brasileiro. Devendo ressaltar as heranças deixadas no país pela ditadura militar, a exemplo das chacinas policiais nas favelas pelo Brasil, os casos de torturas ainda praticadas nos presídios, e as desigualdades aplicadas pela justiça criminal no Brasil aos mais pobres, os resquícios da dívida externa hoje e que foram agravadas durante o regime, e os casos de corrupção escondidos pela censura. No final da aula, o aluno será estimulado a escrever um texto coletivo em defesa dos direitos humanos, respaldado nos conhecimentos adquiridos na aula.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir, “Abreu Sodré: revolução deve prosseguir”, apresenta uma nota divulgada pelo governador de São Paulo, na qual fala sobre a “Revolução de 64”.
- ✓ Leia o texto:

Figura 8 – Nota divulgada pelo governador Abreu Sodré sobre a “Revolução de 64”

100 — ATRIBUIÇÃO, 2.º. 1.º. 1969 — Última Página

ABREU SODRÉ: REVOLUÇÃO DEVE PROSSEGUIR

O Governador Abreu Sodré de São Paulo em nota divulgada, afirmou que “o espírito revolucionário, constantemente renovador, permitiu nestes cinco anos, o encaminhamento das reformas por que anelamos sobretudo a reforma educacional e agrícola, a de eficiência da administração tributária”. Para o Governador de São Paulo, “este é o sentido que devemos dar à Revolução, que completa cinco anos e que deve prosseguir”.

Para o Governador de São Paulo a Revolução assegurou um clima de segurança à grande família brasileira. Segurança nos negócios e investimentos, como impulso vigoroso ao ritmo de desenvolvimento e firme controle da taxa de inflação; segurança para os trabalhadores, com nível de emprego jamais alcançados no País; segurança para a juventude que realmente deseja estudar a segurança para todos os jovens, pondo fim aquele clima de desespero e terrorismo no qual o homicídio marcou com sangue as violências praticadas contra as tradições da nossa Pátria”.

LIVRE EMPRESA

Para o Sr. Abreu Sodré, a Revolução se definiu pela livre empresa opção que a identifica mais ainda com a filosofia do Governo democrático. Pois não há alternativa nesse campo;

ou escolhemos os caminhos que definem a livre empresa, identificados pela concorrência de mercados ou o totalitarismo em que o Estado é senhor poderoso, é o juiz irrecorrível, o produtor e o empregador. É a única cabeça pen-

sante, usurpando o sentimento de cada um”,

CONSERVADORES

Finalmente disse o Governador de São Paulo, que “em todas as revoluções, contudo, há sempre o perigo paranoico de os revolucionários e seus epígonos se transformarem em conservadores. A Revolução contra, e aprimura o que a consciência do povo brasileiro reclama como seu patrimônio histórico.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 03/04/69, p. 07.

Quadro 3 – Transcrição do documento “Abreu Sodré: Revolução deve prosseguir”.

O Governador Abreu Sodré de São Paulo em nota divulgada afirmou que “o espírito revolucionário, ousadamente renovador, permitiu neste cinco anos, o encaminhamento das reformas por que ansiamos sobretudo a reforma educacional e agrária a de “eficiência da administração tributária”. Para o Governador de São Paulo, “este é o sentido que devemos dar a Revolução, que completa cinco anos e que deve prosseguir”.

Para o Governador de São Paulo a Revolução assegurou um clima de segurança à grande família brasileira. Segurança nos negócios e investimentos como impulso vigoroso ao ritmo de desenvolvimento e firme controle da taxa de inflação, segurança para os trabalhadores, com níveis de emprego jamais alcançado no país, segurança para a juventude que realmente deseja estudar a segurança para todos os lares pondo fim aquele clima de desespero e terrorismo no qual o homicídio marcou com sangue as violências praticadas contra as tradições da nossa Pátria.

Livre Empresa

Para o Sr. Abreu Sodré, a Revolução se definiu pela livre empresa opção que a identifica mais ainda com a filosofia do Governo democrático. Pois não há alternativa nesse campo: ou escolhemos os caminhos que definem a livre empresa, identificados pela concorrência de mercados, ou o totalitarismo em que o estado é senhor poderoso é o juiz irrecorrível o produtor e o empregador. É a única cabeça pensante usurpando o sentido de cada um.

Conservadores

Finalmente disse o governador de São Paulo, que “em todas as revoluções, contudo, há sempre o perigo paradoxal de os revolucionários e seus epígonos se transformarem em conservadores. A Revolução conserva, e aprimora o que a consciência do povo brasileiro reclama como seu patrimônio histórico”.

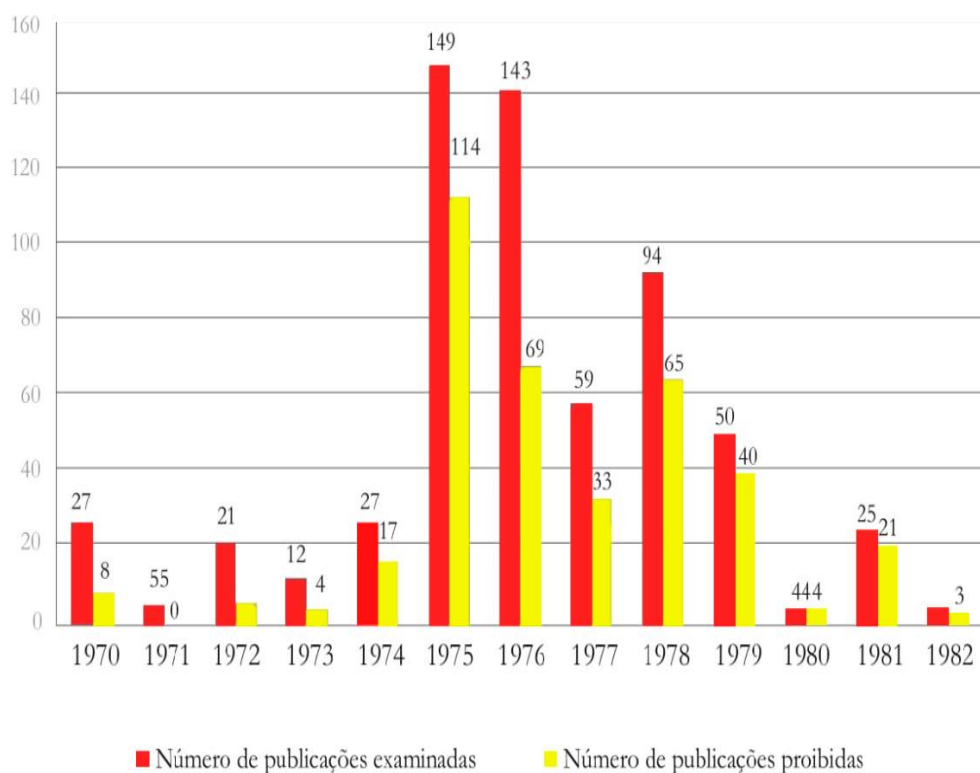
- **Faça as atividades propostas:**

- ✓ A) Identifique de que forma a matéria faz referência à ditadura militar, registrando as informações no seu caderno.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ A tabela a seguir apresenta as estimativas de publicações (livros e revistas) examinadas/vetadas entre os anos de 1970 a 1982.
- ✓ Leia a tabela:

Figura 9 – Tabela indicando as estimativas de publicações (livros e revistas) examinadas/vetadas entre 1970 e 1982.



Fonte: Editada pela autora, 2020. BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume II -Texto Temático 9: A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos, 2014, p. 369.

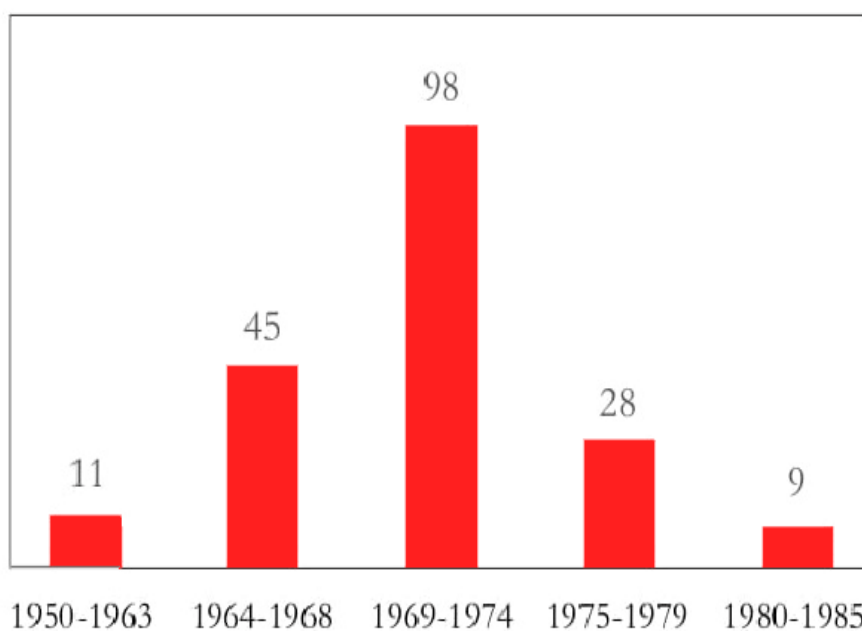
▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ A) Identifique os anos em que houve um maior índice de censura nas publicações no Brasil.

- ✓ **B)** De acordo com a tabela, a liberdade de expressão era garantida no regime militar? O que se pode concluir comparando esses dados com a afirmação na nota divulgada pelo governador Abreu Sodré sobre a “Revolução de 64” de que esta se baseia na “filosofia do governo democrático”?
-

- ✓ A tabela a seguir apresenta um quadro geral da Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos políticos entre os anos de 1950 e 1985.
- ✓ Leia a tabela:

Figura 10 – Tabela sobre o quadro geral da Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos políticos.



Fonte: Editada pela autora, 2020. BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume I - Parte III/ Capítulo 11- Execuções e mortes decorrentes de tortura, 2014, p. 439.

- **Faça as atividades propostas:**
- ✓ **A)** O que os números de mortos e desaparecidos políticos nos anos de 1969 a 1974 indicam?

- ✓ **B)** Podemos afirmar que durante o regime militar os valores democráticos eram respeitados? Justifique sua resposta com base na tabela e com seus conhecimentos adquiridos sobre o período.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ A tabela a seguir indica o número de denúncias de tortura entre os anos de 1964 e 1977.
- ✓ Leia a tabela:

Figura 11 – Tabela indicando o número de denúncias de tortura entre os anos de 1964 e 1977

NÚMERO DE DENÚNCIAS DE TORTURA POR ANO ⁶²

Ano	QUANTIDADE
1964	203
1965	84
1966	66
1967	50
1968	85
1969	1.027
1970	1.206
1971	788
1972	749
1973	736
1974	67
1975	585
1976	156
1977	214
TOTAL	6.016

Fonte: Editada pela autora, 2020. BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume I-Parte III /Capítulo 09-Tortura, 2014, p. 349.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** Com base na tabela, o que se pode concluir sobre a ditadura militar entre os anos de 1969 e 1972?

4.1.3.2 Atividade 2

-Tema: Ato Institucional nº 5 (AI-5)

-Material utilizado:

Documento impresso “Editorial Primeira Limpeza”

Documento impresso “Texto do livro didático Governo de Costa e Silva”. In: BOULOS, Júnior, Alfredo. História sociedade & cidadania, 9º ano. São Paulo: FTD, 2015, p. 230-231.

-Tempo e Duração da Atividade: 2 aulas de 50 minutos

-Descrição da atividade para o professor (a):

O professor (a), antes de iniciar a aula, poderá perguntar aos alunos se eles conhecem ou já ouviram falar sobre o Ato Institucional nº 5, estimulando-os a compartilharem os seus conhecimentos com os colegas. Depois de ouvi-los, conduza a aula explicando o que foram os atos institucionais na ditadura civil-militar e de que forma eram utilizados pelo regime. Em seguida, apresente o contexto em que foi instaurado o AI-5, as atividades que eram restringidas e quem mais sofreu na sociedade brasileira com os seus efeitos.

Em outro momento da aula, divida a sala em grupos com quatro componentes e distribua o editorial, da *Gazeta de Sergipe*, intitulado “Primeira Limpeza”, junto com a sua transcrição. Esse documento fala sobre a “Revolução de 68” e o seu combate à corrupção e a outros crimes no Brasil. Para essa atividade foi selecionado somente o editorial, mas se preferir, o professor (a) poderá imprimir e levar à sala de aula a edição completa do jornal. Solicite a leitura e em seguida peça que os estudantes façam as observações das fontes jornalísticas seguindo as questões propostas na atividade e depois promovam debates a partir de suas respostas no grupo. O docente poderá solicitar a utilização do dicionário da língua portuguesa, para facilitar a compreensão de algumas palavras apresentadas no jornal. Durante esta etapa, o professor (a) poderá explicar aos alunos o que significa o editorial em um jornal impresso, com o objeto de levá-los ao entendimento de que ele representa a opinião deste meio de informação.

No terceiro momento, o docente poderá utilizar o texto intitulado “Governo de Costa e Silva”, sobre o AI-5, apresentado no livro didático *História sociedade & cidadania*. O professor (a) poderá utilizar o livro didático, com o qual ele trabalha na sala de aula, para confrontar as informações apresentadas pela fonte jornalística, possibilitando novas discussões com os alunos. No último momento da atividade, o professor (a)

solicitará que cada grupo apresente suas conclusões ao restante da turma e como atividade final elabore a recriação do editorial de acordo com as experiências adquiridas na aula.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir, intitulado “Primeira Limpeza”, é um editorial publicado no jornal *Gazeta de Sergipe* no ano de 1969, o seu conteúdo aborda a “Revolução de 68” e o combate à corrupção e outros crimes no Brasil.
- ✓ Leia o texto:

Figura 12 – Editorial sobre a “Revolução de 68” e o combate à corrupção.



Fonte: *Gazeta de Sergipe*, 15/03/69, p. 03.

Quadro 4 – Transcrição do documento: “Primeira Limpeza”

A Revolução de 68 cumpriu a primeira tarefa a que se propôs no combate à corrupção e aos crimes de homicídios, em nosso Estado. O compasso de espera descoçou o ânimo de muita gente, porém, o processo desencadeado por irreversível andou demorando e seguro nos seus objetivos.

Com essa primeira limpeza o povo exultou, adquirindo confiança nas coisas do Brasil. A segunda providência deverá andar a caminho. Será, naturalmente, contra os “cardeais” que escaparam pela terceira vez do cutelo revolucionário.

Agora entrará a fase do processo criminal daqueles que enriqueceram ilicitamente, por locupletação dos dinheiros públicos através de negociastas, contravenções fiscais, falências fraudulentas e crimes de mortes, resguardados que estavam pela imunidade parlamentar.

A lei do confisco poderá entrar em vigor logo que a regularidade processualística esteja encerrada. Neste país de tolerâncias excessivas, de acomodações criminosas, muita coisa de arrepiar cabelo se perpetrou, devido ao clima de impunidade, graças aos entendimentos entre os chefes dos poderes.

Aqui em Sergipe, só ultimamente o Poder Judiciário empreendeu o afastamento dos juízes corruptos e venais. Essas providências eliminatórias e positivas deram ao povo confiança na ação da justiça, outrora sem pleito por razões óbvias.

Depois de 64 alguns setores tiveram procedimentos satisfatórios, enquanto outros se julgaram inumes a atos licenciosos, confiantes na reza forte dos padrinhos. Esses grupos causaram inconscientemente a reações militares de 68, que atingiram o seu ponto alto em Sergipe com as cassações de cargos eletivos e de direitos públicos de cinco deputados estaduais.

As Forças Militares do Exército, Marinha e Aeronáutica aqui sediadas, temos de prestar justas homenagens pela lisura do seu procedimento na averiguação dos crimes de corrupção e de homicídios, sempre exigentes de provas.

[...]

A Revolução de 68 veio séria, honesta, consciente de que o combate à corrupção e aos crimes de homicídio, contravenções fiscais precisavam ser extirpados do país, para que o seu desenvolvimento social e econômico tivesse oportunidade de realizar-se em tempo recorde.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** Qual a mensagem transmitida no jornal sobre o AI-5? De acordo com a fonte, quem seria punido com o AI-5?
- ✓ **B)** Em sua opinião, o que pensavam as pessoas que liam o jornal sobre o AI-5?

4.1.3.3 Atividade 3

-Tema: Resistências na Ditadura Civil-Militar

-Material utilizado:

Documento impresso “Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem”.

Documento impresso “Tiroteio entre subversivos e militares deixa 1 morto”.

Documento impresso “Trecho do depoimento de Benedito de Paula Bezerril, membro do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), a Comissão Nacional da Verdade no dia 22 de maio de 2013”.

-Tempo e Duração da Atividade: 2 aulas de 50 minutos

-Descrição da atividade para o professor (a):

O Professor (a), no primeiro momento da aula, deverá dividir a sala em grupos com até três componentes e distribuirá aos alunos uma cópia das fontes jornalísticas “Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem”, na qual relata as prisões de três estudantes acusados de distribuírem panfletos “subversivos” na cidade de Aracaju no ano de 1968, e a fonte intitulada “Tiroteio entre subversivos e militares deixa 1 morto”, que apresenta a operação de militares do Exército para prender agentes “subversivos” no ano de 1969. Solicite a leitura dos documentos e em seguida peça para os estudantes responderem no caderno às questões propostas na atividade. Oriente os alunos a debaterem a partir das respostas encontradas, com o grupo.

No segundo momento, o (a) professor (a) poderá explicar aos alunos que, apesar da repressão, muitos grupos sociais manifestaram-se na ditadura militar, seja fazendo oposição ao regime, no caso das manifestações estudantis, seja como movimento de resistência, no caso da luta armada. É importante o (a) professor (a) explicar que existiram vários grupos de resistências durante o período da Ditadura Civil-Militar, evidenciando os papéis da resistência cultural e da imprensa, que atuaram contra a censura, a exemplo dos

jornais alternativos, os quais tiveram fundamental participação como espaço de crítica e oposição ao regime militar. Comente com os estudantes que os grupos “subversivos”, assim chamados pelo regime militar os que criticavam e resistiam as suas ações, eram pessoas (a grande maioria jovens) que tinham uma vida civil normal, tinham famílias, trabalhavam e estudavam, ajudando assim a desconstruir a imagem de “terroristas”, “criminosos” e “bandidos”, como era propagada nos jornais. Explique também o uso da imprensa pelos militares para justificar as torturas, assassinatos e prisões aplicadas aos opositores do regime. É importante que o docente também aborde a importância da atuação desses grupos como importante veículo de contestação e da luta para a manutenção dos direitos na sociedade brasileira.

Em outra aula, o (a) professor (a) irá distribuir aos alunos o trecho do depoimento do membro do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), Benedito de Paula Bezerril, apresentado à Comissão Nacional da Verdade, no dia 22 de maio de 2013. Após a sua leitura e discussões em grupo sobre o conteúdo desta fonte, o docente poderá levantar as questões importantes sobre a tortura aplicada aos opositores da ditadura, além de apresentar a memória dos presos políticos e discutir questões ligadas à violação dos direitos humanos na sociedade atual. Ao final da atividade, o professor poderá instruir os alunos a criarem cartazes em defesa da liberdade de expressão e manifestação e em respeito aos valores humanos.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir, intitulado “Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem”, relata as prisões de três estudantes acusados de distribuírem panfletos “subversivos” na cidade de Aracaju em 1968.
- ✓ Leia o texto:

Figura 13 – Prisões de três estudantes acusados de distribuírem panfletos “subversivos” na cidade de Aracaju/ SE (1968)

Estudantes Universitários Detidos Quando Distribuíram Panfletos Ontem

Três estudantes universitários foram detidos na tarde de ontem em pleno centro da cidade, quando estavam distribuindo panfletos considerados subversivos pela Polícia Federal. A prisão foi confirmada pelo governador da Paraíba, General Lima, que todavia recusou-se a identificá-los para a reportagem.

Afirmou o General Lima que os três estudantes seriam enviados à noite de ontem e suas palavras seriam tomadas por termo. Adiantou que os detidos poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A reportagem apurou, por outras fontes, que os três estudantes foram levados para a Secretaria de Segurança Pública, onde foram colocados em celas comuns, juntamente com ladros e criminosos.

FAMÍLIAS

As famílias dos três estudantes presos não se apressaram, pois o aviso foi feito em um grande no centro comercial da cidade. Poderá haver de 10 a 15 pessoas no total para os jovens, não foi possível soltá-los ainda ontem à noite, apesar dos pedidos das famílias.

Colegas dos estudantes detidos procuraram-na na Polícia Federal, levando inclusive conchitos e agas-

amentos que os três já não mais estavam ali. A multa custou foram localizados na Secretaria de Segurança Pública, em sala comum, junto a presos criminosos, como ladros e criminosos.

MANIFESTO

Nos dois manifestos distribuídos os estudantes fazem sobre:

1 — a prisão dos colegas em São Paulo, quando da dissolução do XV Congresso da União Nacional dos Estudantes é atribuído ao "Relatório Mito Mito", que sugere a eliminação de todas as lideranças estudantis a fim de esvaziar o Movimento Estudantil. O manifesto diz que tal repressão jamais atingirá o seu objetivo, porque a UNE permanece viva na consciência de cada estudante.

2 — "Dos Estudantes ao povo de Sergipe" diz que a "mascara da democracia caiu com a prisão dos detidos ao Congresso da UNE. De que operações e campanhas são massacradas" e que as forças policiais estão nas ruas contra o povo. No que concerne ao governo estadual diz que "o governo federal abre mão do nosso povo para a exploração estrangeira e ele (o governo de Sergipe) apóia num situação criminoso".

Quadro 5 – Transcrição do documento: “Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem”

Três estudantes universitários foram detidos na tarde de ontem em pleno centro da cidade, quando distribuíram panfletos considerados subversivos pela Polícia Federal. A prisão foi confirmada pelo delegado da Polícia Federal em Sergipe, Coronel Fontes Lima que, todavia recusou-se a identificá-los para a reportagem.

Afirmou o Coronel Fontes Lima que os três estudantes seriam ouvidos à noite de ontem e suas palavras seriam tomadas por termos. Adiantou que os detidos poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A reportagem apurou, por outras fontes, que os três estudantes foram levados para a Secretaria de Segurança Pública, onde foram colocados em celas comuns, juntamente com ladrões e criminosos.

Famílias

As famílias dos três estudantes presos mostravam-se apreensivas, pois a prisão – feita em flagrante no centro comercial da cidade - poderá trazer dores de cabeça no futuro para os jovens. Não foi possível soltá-los ainda ontem a noite, apesar dos pedidos dos familiares.

Colegas dos estudantes detidos procuraram- no na Polícia Federal, levando inclusive comidas e agasalhos. Lá, porém informados que os três já não mais estavam ali. A muito custo foram localizados na Secretaria de Segurança Pública, em cela comum, junto a presos ordinários, como ladrões e criminosos.

Manifesto

Nos dois manifestos distribuídos os estudantes falam sobre:

1- a prisão dos colegas em São Paulo, quando da dissolução do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes é atribuído ao “Relatório Meira Matos”, que sugere a eliminação de todas as lideranças estudantes a fim de esvaziar o Movimento Estudantil. O manifesto diz que tal repressão jamais atingirá o seu objetivo, porque a UNE permanece viva na consciência de cada estudante.

2- “Dos Estudantes ao povo de Sergipe” diz que a “máscara da democracia caiu com a

prisão dos delegados ao Congresso da UNE. Diz que operários e camponeses são massacrados” e que as forças policiais estão nas ruas contra o povo. No que concerne ao governo estadual diz que “o governo federal abre mão do nosso potássio para a exploração estrangeira e eles (o governo de Sergipe) apoia no silêncio criminoso”.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ A) Quais eram as reivindicações dos estudantes? Qual foi o motivo das suas prisões?
- ✓ B) Deve inferir-se que a ação dos universitários justifica serem tratados como ladrões e criminosos?
- ✓ C) O que este relato nos revela sobre a Ditadura Civil-Militar?

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir, intitulado “Tiroteio entre subversivos e militares deixa 1 morto”, apresenta a operação de militares do Exército para prender agentes “subversivos” no ano de 1969.
- ✓ Leia o texto:

Figura 14 – Operação de Militares do Exército para prender agentes “subversivos” (1969)

Tiroteio Entre Subversivos e Militares Deixa 1 Morto

RIO — Cerrado tiroteio apavorou os moradores da rua Toropi, subúrbio da Vila Kosmos, quando por volta das 10,30 horas, militares do Exército, comandados pelo Major Lacerda e pelo capitão Alton Guimarães Rosa e pelo Cabo Antonio Povoleri, em diligência para prender agentes subversivos que se encontravam no interior do prédio 56 daquela ar-

terial e foram recebidos à bala, quando ordenavam a abertura da porta de uma residência particular.

Da fuzilaria resultou a morte de um subversivo, um jovem aparentando 25 anos, trajando calça de brim de cor branca e camisa da mesma cor, possuidor de vasta cabeleira. Também saíram feridos

dois três militares, sendo que o maior na perna, o capitão na coxa e o cabo em um braço com fratura exposta.

“APARELHO”

O que apuramos é que naquela casa se localizava um “aparelho”, (local de reunião dos agentes da subversão), indicado as autori-

dades militares por um dos terroristas presos na Vila Militar e que acompanhara os militares na sua batida.

Segundo informações da vizinhança, diariamente, às 12 horas, uma pic-up estacionava em frente o prédio, possivelmente, para levar mantimentos, e não o constante e intenso movimento de pessoas nas horas mortas, en-

trando e saindo na residência.

Após o tiroteio, vendo os militares feridos os subversivos, três homens e uma mulher, todos de idade média de 35 anos, conseguiram evadir-se do local utilizando um galaxie de cor creme. A propósito dos fatos ocorridos na Vila Kosmos, o I Exército, baixou a seguinte nota:

“Em prosseguimento às ações de repressão à subversão e o terrorismo, o I Exército, levou a efeito hoje pela manhã na Vila Kosmos, uma diligência da qual resultou a apreensão de grande quantidade de armamento, munição e bombas caseiras, de documentos falsos e dinheiro etc.

Durante o desenvolvimento da operação

— prosseguir a nota foram os seus encarcados recebidos à bala pelos terroristas que resistiram pela força às autoridades, em consequência, saíram feridos levemente três militares e morto um subversivo. Os militares feridos foram atendidos no Hospital Getúlio Vargas e removidos posteriormente, para o Hospital da Guarajá da Vila Militar.

Quadro 6 – Transcrição do documento: “Tiroteio entre subversivos e militares deixa 1 morto”

Cerrado tiroteio apavorou os moradores da Rua Toropi, subúrbio da Vila Kosmos, quando por volta das 10:30 horas, militares do Exército, comandados pelo Major Lacerda e pelo Capitão Ailton Guimarães Rosa e pelo cabo Antônio Povoleri, em diligência para prender agentes subversivos que se encontravam no interior do prédio 59 daquela artéria e foram recebidos a bala, quando ordenavam a abertura da porta de uma residência particular.

Da fuzilaria resultou a morte de um subversivo, um jovem aparentando 25 anos, trajando calça de brim de cor branca e camisa da mesma cor, possuidor de vasta cabeleira. Também saíram feridos três militares, sendo que o major na perna, o capitão na coxa e o cabo em um braço com fratura exposta.

“Aparelho”

O que é apuramos é que naquela casa se localizava um "aparelho", (local de reunião dos agentes da subversão), indicado as autoridades militares por um dos terroristas preso na Vila Militar e que acompanhará os militares na sua batida.

Segundo informações da vizinhança, diariamente, às 12 horas, uma pic-up estacionava em frente o prédio, possivelmente, para levar mantimentos, sendo constante e intenso o movimento de pessoas nas horas mortas, entrando e saindo na residência.

Após o tiroteio, vendo os militares feridos, os subversivos, três homens e uma mulher, todos de idade média de 25 anos, conseguiram evadir-se do local utilizando um galaxie de cor creme. A propósito dos fatos ocorridos na Vila Kosmos, o I Exército, baixou a seguinte nota:

"Em prosseguimento as ações de repressão à subversão e o terrorismo, o I Exército, levou a efeito hoje pela manhã na vila Kosmos, uma diligência da qual resultou na apreensão de grande quantidade de armamento, munição e bombas caseiras, de documentos falsos e dinheiro etc”.

Durante o desenvolvimento da operação - prossegue a nota - foram os seus encarregados recebidos à bala pelos terroristas que resistiram pela força as autoridades,

em consequência, saíram feridos levemente três militares e morto um subversivo. Os militares feridos foram atendidos no hospital Getúlio Vargas e removidos posteriormente, para o hospital na guarnição da Vila Militar.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** De que forma os militares retratam o grupo participante da operação?
- ✓ **B)** Como os militares ficaram sabendo do local em que o grupo estava se reunindo? Em sua opinião, de que forma eles conseguiram esta informação?
- ✓ **C)** De acordo com a matéria, podemos afirmar que o grupo representa grande perigo para a sociedade? Qual a reação da população ao ler esta notícia?

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir apresenta um trecho do depoimento do membro do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), Benedito de Paula Bezerril, apresentado à Comissão Nacional da Verdade no dia 22 de maio de 2013.
- ✓ Leia o texto:

Quadro 7 – Trecho do depoimento de Benedito de Paula Bezerril*, membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à Comissão Nacional da Verdade no dia 22 de maio de 2013.

[...] me levaram para uma sala. Nesse local me despiram totalmente. Fiquei totalmente nu, colocaram fios no meu dedo do pé, dedo maior do pé, e em volta dos meus testículos. Me colocaram sobre duas latas, que acredito tipo de óleo comestível, dessas que se encontra ainda hoje, que se tem por aí, e assim teve início o interrogatório deles lá. Deviam ser duas, três pessoas que se revezavam [...]. Cada pergunta era acompanhada de descarga. Esse processo se dá durante todo o dia. Eles se revezam, mas não param. Eu ouvia, ao mesmo tempo, tinha conhecimento, de que na outra sala estava acontecendo também um interrogatório feito da mesma forma, porque eu ouvia gritos, eu ouvia as perguntas, as respostas de quem estava sendo torturado.

Fonte: Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV,

00092.001334/2013-41

* Durante a ditadura militar, Benedito Bezerril foi preso por duas vezes, uma no ano de 1971 e a outra em 1973, sendo, na última, levado para a “Casa dos Horrores”, centro de tortura no município de Maranguape. No ano de 2004, Benedito Bezerril foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Ceará, pela sua participação na resistência democrática contra o regime militar.

Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume I-Parte III /Capítulo 09-Tortura, 2014, p. 371.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** O que este depoimento nos revela sobre como a ditadura no Brasil tratava quem fazia críticas ou resistia em aceitar as ações implantadas pelos militares?
- ✓ **B)** Em sua opinião é importante à preservação dessas memórias sobre a ditadura?

4.1.3.4 Atividade 4

-Tema: *O “Milagre Econômico” na Ditadura Civil-Militar.*

-Material utilizado:

Documento impresso “Brasil 72: Retrospectos”.

Documento impresso “Tabela O ‘milagre’ brasileiro”.

Documento impresso HABERT, Nadine. **Milagre foi sobreviver.** A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ed. Ática (Série Princípios), 2001, p. 17-19.

-Tempo e Duração da Atividade: 2 aulas de 50 minutos

-Descrição da atividade para o professor (a):

Professor (a), no primeiro momento da aula separe a turma em três grupos, em seguida entregue a cada grupo uma cópia do texto “Brasil 72: Retrospecto”, em que apresenta os “registros” econômicos e sociais do Brasil no ano de 1972, no contexto do chamado “milagre econômico”. Entregue também uma cópia da tabela intitulada “O milagre brasileiro”, que indica dados da economia brasileira entre os anos de 1968 e 1973. Após a leitura dos documentos e a realização das atividades indicadas, os alunos apresentarão as suas conclusões ao restante da turma. É importante que o professor (a) oriente aos alunos a identificar como o jornal apresentava a população sergipana os grandes feitos do governo do General Médici, que destacava o Brasil como a grande nação

em desenvolvimento. Na interpretação da tabela, o aluno poderá perceber a existência do aumento do PIB, principalmente em 1972, ano em que foi publicada a matéria na *Gazeta de Sergipe*, eles devem também observar o aumento no número das exportações e importações da indústria brasileira, além dos índices de inflação e o aumento da dívida externa.

Em seguida, será distribuído o texto “Milagre foi sobreviver”, da autora Nadine Habert, o professor (a) orientará fazer a leitura ou irá solicitar aos alunos que realizem a análise do texto, de acordo com a atividade proposta.

Ao término dessa etapa, o docente pode retomar as discussões, ressaltando que durante a ditadura a publicidade auxiliava na divulgação e construção do “Brasil grande potência”, utilizando os “grandes feitos” do governo e apontando os “recordes” econômicos em diversos setores da população. Os alunos poderão perceber que as campanhas em torno do “Brasil grande” foram construídas por meio das manchetes utilizando os grandes feitos e os índices econômicos em diversos setores da população.

Explique aos alunos de que forma os índices econômicos foram utilizados pelo regime militar, por intermédio das propagandas dos meios de comunicação para ocultar uma série de medidas autoritárias e as desigualdades econômicas. Além de encobrir a repressão política aplicada nos chamados anos de chumbo, quando, sob o comando do presidente Médici, organizações de esquerda, políticos, artistas e jornalistas sofreram com a tortura, a falta de liberdade de imprensa, mortes, prisões e perseguições.

O professor (a) poderá apontar as graves consequências do “milagre econômico” na própria economia, por meio da inflação e da dívida externa, e na sociedade mediante a miséria, concentração de renda e desigualdade social. Explique também que essa realidade persiste até hoje na sociedade brasileira. Ao final da atividade, os grupos poderão apresentar, para a toda a turma, os conhecimentos adquiridos com as atividades.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir, cujo título é “Brasil 72: Retrospecto” apresenta os “recordes” econômicos e sociais do Brasil no ano de 1972, no contexto do chamado “milagre econômico”.
- ✓ Leia o texto:

Figura 15 – Apresentação dos “recordes” econômicos e sociais do Brasil em 1972

BRASIL 72: RETROSPECTOS

O Brasil no ano do Sesquicentário de sua Independência, apresentou novos records em todos os setores da produção. O mesmo no campo social, com a implantação de programas destinados a dar ao homem, melhores condições de vida.

De janeiro a dezembro de 1972, o valor de vendas da indústria automobilística brasileira apresentou acréscimo de 20,7 por cento. Foi da ordem de seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões e novecentos mil cruzeiros. Em 1972 foram colocados no asfalto brasileiro mais seicentos mil veículos.

A indústria de tratores obteve 3,8 por cento. O crescimento

industrial em todos os seus setores, superou todos os records. Em 1972 a indústria brasileira cresceu cerca de quinze por cento.

O Brasil chegou ao fim do ano com três bilhões e oitocentos milhões de dólares obtidos pelas exportações. Trinta por cento a mais do que no ano passado. O Brasil exportou mais de um bilhão de dólares de produtos manufaturados, o que

significa mais de quarenta por cento sobre 1971.

MERCADO INTERNACIONAL

Um mil novecentos e setenta e dois marcou o ingresso decisivo do Brasil no mercado internacional de produtos industrializados. Foram entregues, ao tráfego este ano, quatro mil quilômetros de novas rodovias, foram pavimentados três mil e três quilômetros sendo construído nove mil e trezentos metros de pontes e viadutos.

A transmancha é uma realidade. Está

sendo construída em tempo record, levando progresso a imensa região. Outras estradas importantes vão rompendo o ventre verde da selva, numa corrida vertiginosa em direção ao progresso.

Os investimentos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste em 72, representam sessenta e cinco por cento do orçamento de todos os Estados do Nordeste, totalizando três bilhões e meio de cruzeiros. No ano que finda, entraram em funcionamento no Nordeste cinquenta e oito empreendimentos industriais, mais do que em qualquer ano anterior. Seu turno a SUFAM

está aplicando a partir do ano que finda e até 74 recursos da ordem de três bilhões e meio de cruzeiros em sua área de ação.

O ano que finda marcou ainda a consolidação da Central de Medicamentos que vem atendendo a população carente de recursos. Inicialmente atingiu as regiões Nordeste e Norte. Mais tarde atingiu as regiões Centro-Oeste e Sul, preparando-se para em 73 atender a região Sudeste. A linha de produtos terá produzido, da Central, compreendendo cento e três medicamentos básicos. Estes medicamentos já se encontram a disposição de todos os brasileiros, sendo distribuídos pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

EDUCAÇÃO

Em 1972 o Ministério de Educação e Cultura desenvolveu trinta e três projetos prioritários do plano setorial. O número de matrículas no ensino do primeiro grau

foi aumentado para quatorze milhões, quinhentos mil cruzeiros. No ensino médio, o Brasil passou em dois anos, de pouco mais de quatro milhões, para cinco milhões duzentas e setenta e três mil, quinhentas e setenta e três vagas. No ensino superior estavam matriculados no ano passado quinhentos e sessenta e um mil, quinhentas e noventa e sete alunos. Em 72, este número subiu para seicentos e noventa e quatro mil e nove. O programa de bolsas atingiu quase trinta milhões de cruzeiros. Para as escolas polivalentes, foram destinados em 1972 recursos superiores a quatro bilhões de cruzeiros. Segundo o cálculo o índice de analfabetismo deve ter baixado para vinte e sete por cento em relação ao ano passado que somava trinta e três por cento da população com mais de quinze anos. O MOBRAL já alfabetizou dois milhões de adul-

tos no país. De acordo com as previsões até princípios do ano que vem esse número atingirá três milhões e trezentos mil adultos.

O Programa de Integração Nacional abriu a colonização uma área de dois milhões duzentos e trinta e três mil oitocentos sessenta e cinco quilômetros quadrados. Mais sete agro-vilas de Atambira o INCRA já recebeu oitocentos mil seicentas e sessenta e três famílias.

Oitenta crianças nasceram esse ano nas novas terras que o Brasil está conquistando. Os colonos que ali chegam para viver, fundam estas terras com uma imensa força de vontade.

COMÉRCIO EXTERNO

Em quatro anos o Brasil alcançou nível de comércio externo entre 7,5 e 8 bilhões de dólares. O mais alto do grupo dos setenta e sete, chamado de em desenvolvimento. O programa de exportação de navios e de cem milhões de dóla-

res por ano. No exercício de 71/72 o programa de Integração Social arrecadou um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, com aumento de cinco e oitenta por cento, sobre as contribuições do primeiro exercício. Para o próximo ano, 74 estima-se o montante de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros.

A renda per capita do Brasil, lá se situa em torno de quatrocentas e oitenta dólares. Em 1973 deverá atingir quinhentas e dez e quinhentas e vinte dólares, o que somado era previsto para 1974. O produto interno bruto também deverá atingir no próximo ano a meta prevista para 1974. Em torno de cinquenta e três bilhões de dólares.

As cadernetas de poupança já atingem um montante superior a sete bilhões de cruzeiros. Este somado os recursos provenientes das letras imobiliárias dá um total de nove bilhões de cruzeiros.

Quadro 8 – Transcrição do documento: “Brasil 72: Retrospecto”

O Brasil no ano do Sesquicentenário de sua independência apresentou novos recordes em todos os setores da produção. O mesmo no campo social, com a implementação de programas destinados a dar ao homem, melhores condições de vida.

(...)

De janeiro a dezembro de 1972 o valor de vendas da indústria automobilística brasileira apresentou acréscimo de 20,7%.

(...)

A indústria de tratores obteve 3,8% de aumento. O crescimento industrial em todos os seus setores, superou todos os records. Em 1972, a indústria brasileira cresceu cerca de 15%.

O Brasil exportou mais de um bilhão de manufaturados. O que representa mais de 40% sobre 1971.

(...)

Mercado Internacional

1972 marcou o ingresso decisivo do Brasil no mercado internacional de produtos industrializados. Foram entregues ao tráfego este ano, quatro mil quilômetros de novas rodovias.

(...)

Foram entregues ao tráfego este ano, 4 mil km de novas rodovias, foram pavimentados 3.003 km sendo construído 9.300 m de pontes e viadutos.

A Transamazônica é uma realidade. Está sendo construída em tempo recorde, levando o progresso à imensa região. Outras estradas importantes vão rompendo o ventre verde da selva, numa corrida vertiginosa em direção ao progresso.

(...)

Os investimentos aprovados pela superintendência de desenvolvimento do nordeste em 72,

representam 75% do orçamento de todos os estados do nordeste, totalizando 3 bilhões e meio de cruzeiros.

O ano que finda marcou ainda a consolidação da Central de Medicamentos que vem atendendo a população carente de recursos. Inicialmente atingiu as regiões nordeste e norte. Mais tarde atingiu as regiões Centro-Oeste e Sul, preparando-se para em 73 atender a região Sudeste.

Educação

Em 1972, o ministério de educação e Cultura desenvolveu 33 projetos prioritários do plano setorial. O número de matrículas no ensino do 1º grau foi aumentado para 14 milhões, quinhentos mil cruzeiros. No ensino médio, o Brasil passou em dois anos de pouco mais de 4 milhões para mais de 5 milhões. No ensino superior estavam matriculados no ano passado 597 alunos. Em 1972, este número subiu para 794,99.

(...)

Segundo o cálculo o índice de analfabetismo deve ter baixado para 27% em relação ao ano passado que somava 33% da população com mais de 15 anos.

(...)

Comércio Externo

Em quatro anos o Brasil alcançou o nível de comércio externo entre 7,5 e 8 milhões de dólares. (...) O programa de exportação de navios e de 100 milhões de dólares por ano.

A renda per capita do Brasil, já se situa em torno de 480 dólares. Em 1973 deverá atingir 510 a 520 dos lares, o que somente era previsto para 1974. O produto interno bruto também deverá atingir no próximo ano a meta prevista para 1974, em torno de 53 a 54 bilhões de dólares. As cadernetas de poupança já atinge um montante superior a 7 bilhões de cruzeiros, e isto somado aos recursos provenientes das Letras imobiliárias já dá um total de 12 bilhões de cruzeiros.

- **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** Construa um texto, de no mínimo dez linhas, apontando quais seriam as impressões do leitor em relação ao desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir dos índices apontados na matéria.

Caro (a) aluno (a),

- ✓ A tabela a seguir, intitulada “O milagre brasileiro”, apresenta dados da economia brasileira entre os anos de 1968 e 1973.
- ✓ Leia o tabela:

Figura 16 – Tabela “O ‘milagre’ brasileiro”

O “milagre” brasileiro					
Ano	Crescimento PIB %	Inflação	Exportações US\$ Bilhões	Importações US\$ Bilhões	Dívida Externa US\$ Bilhões
1968	10	27	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	6,2	6,2	12,6

Fonte: PRADO, Luiz C. D. & SÁ, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 223. v. 4. (O Brasil republicano).

Fonte: BOULOS, Júnior, Alfredo. *História sociedade & cidadania*, 9º ano. São Paulo: FTD, 2015, p. 234.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** Com base na tabela, é possível notar o crescimento do PIB entre os anos de 1968 e 1973? Quais os outros fatores que contribuíram para o chamado “milagre econômico” no Brasil?
- ✓ **B)** De acordo com a tabela, o crescimento do PIB foi acompanhado pelo aumento da dívida externa?
- ✓ **C)** O que a leitura da tabela nos permite concluir sobre a política econômica aplicada no chamado “milagre brasileiro”?

Caro (a) aluno (a),

- ✓ O texto a seguir chamado “Milagre foi sobreviver”, da autora Nadine Habert, apresenta a situação social dos trabalhadores brasileiros durante o “milagre econômico”.
- ✓ Leia o texto:

Quadro 9 – Texto da autora Nadine Habert, “Milagre foi sobreviver”, publicado no *livro A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira* (2001)

MILAGRE FOI SOBREVIVER

Em pleno “milagre econômico” (1972), 52% dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo, piorando a situação nos anos seguintes. Em 1975, "para cobrir os gastos básicos, considerados mínimos, com nutrição, moradia, transporte, vestuário etc., o trabalhador que recebe salário mínimo deveria atualmente trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, isto é, 15 horas e 55 minutos durante 30 dias por mês" (Camargo, 1976, p.45). No esforço de garantir o mínimo para sobreviver, os trabalhadores foram obrigados a multiplicar as horas extras e mais membros da família entraram no mercado de trabalho (mulheres e menores).

As mulheres acumulam a dupla jornada de trabalho (dentro e fora de casa) e no emprego se defrontam com a discriminação sexual e econômica - salários menores, dificuldade de arrumar emprego para as casadas, demissão de gestantes, prepotência das chefias.

Os filhos menores são obrigados a abandonar os estudos e são impelidos para empregos mal remunerados ou para as ruas, engrossando contingente do que aprendem a "se virar fechar" no mundo marginal. Só na Grande São Paulo, em 1971, 20% dos menores em idade escolar (dos 7 aos 14 anos) estavam fora das escolas (cf. Camargo, 1976, p.93).

Na fábrica impera rígida disciplina imposta por normas draconianas de produção e pela permanente vigilância dos chefes. O clima é tenso e há um sistema ostensivo de repressão contra qualquer forma de organização e manifestação de rebeldia dos operários. Ausência de estabilidade no emprego aumenta a rotatividade, a insegurança e a

competição entre eles. A intensificação do ritmo de trabalho e as horas extras provocam desgastes físicos e exaustão emocional. A jornada de trabalho se estende para 14/15 horas, incluídas as horas passadas na condução, pois o deslocamento casa- emprego-casa ficou cada vez mais longo. Os ônibus e trens circulam em condições precárias e transporta o dobro da lotação máxima prevista. Dependurados nas portas, vão os "pingentes".

Obrigados a procurar moradia mais barata, a maioria dos trabalhadores mora em favelas e cortiços espalhados pela cidade e nos distantes bairros da periferia. Ali, nas vilas e nos loteamentos clandestinos, falta tudo: água, esgoto, luz, calçamento, transporte, posto de saúde, creches, escolas. É nestes verdadeiros acampamentos sem infra-estrutura que moram operários da indústria e da construção, empregadas domésticas, ambulantes, *office-boys*, antigos e novos imigrantes, paus-de-arara e boias-frias.

Para os migrantes que chegam expulsos do campo, a cidade continua sendo o lugar onde há mais chances de encontrar trabalho, embora lhes sejam destinados empregos sem qualificação e mal- remunerados. Muitos estão só de passagem e moram em barracos improvisados enquanto dura o serviço incerto e temporário que arranjam.

Iguais a eles há muitos outros peregrinando no campo, assalariados temporários, por dia ou por serviço.

De lavoura em lavoura, de fazenda em fazenda, de cidade em cidade, milhares de trabalhadores rurais perseguem, com incrível persistência, o calendário agrícola não só do Paraná como também de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, viajando às vezes mais de 300 km em busca de um novo trabalho. E cada vez que o ciclo se fecha, recomeçam a caminhada porque um boia-fria simplesmente não pode parar. (URBAN & FURTADO, 1988, p.22)

A abundância no número e a ausência de qualquer direito trabalhista os tornam mão-de-obra muito barata. Dependem do “gato” – o intermediário do empregador na contratação – e do transporte no velho caminhão que vive despencando pelas estradas. Sua jornada de trabalho começa de madrugada e na marmita leva a única refeição do dia: a boia-fria.

Fonte: HABERT, Nadine. **Milagre foi sobreviver**. A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ed. Ática (Série Princípios), 2001, p. 17-19.

▪ **Faça as atividades propostas:**

- ✓ **A)** De acordo com o texto lido, como viviam os trabalhadores brasileiros no milagre econômico?

- ✓ **B)** De acordo com o texto, os operários podiam reivindicar por melhorias nas suas condições de trabalho? Justifique sua resposta usando os conhecimentos adquiridos sobre a falta de liberdade de manifestação e o autoritarismo e violência que atravessava o cotidiano brasileiro na ditadura militar.
- ✓ **C)** “O Brasil (...) apresentou novos recordes em todos os setores da produção. O mesmo no campo social, com a implementação de programas destinados a dar ao homem, melhores condições de vida” (GAZETA DE SERGIPE, 31/12/72). Podemos dizer que essa informação corresponde à realidade da sociedade brasileira em 1972? Justifique sua resposta com base no texto “Milagre foi sobreviver”, da autora Nadine Habert.

4.1.3.5 Atividade 5

-Tema: *Pesquisando no acervo online da UFS*

-Material utilizado:

Computadores com acesso à internet

-Tempo e Duração da Atividade: 2 aulas de 50 minutos

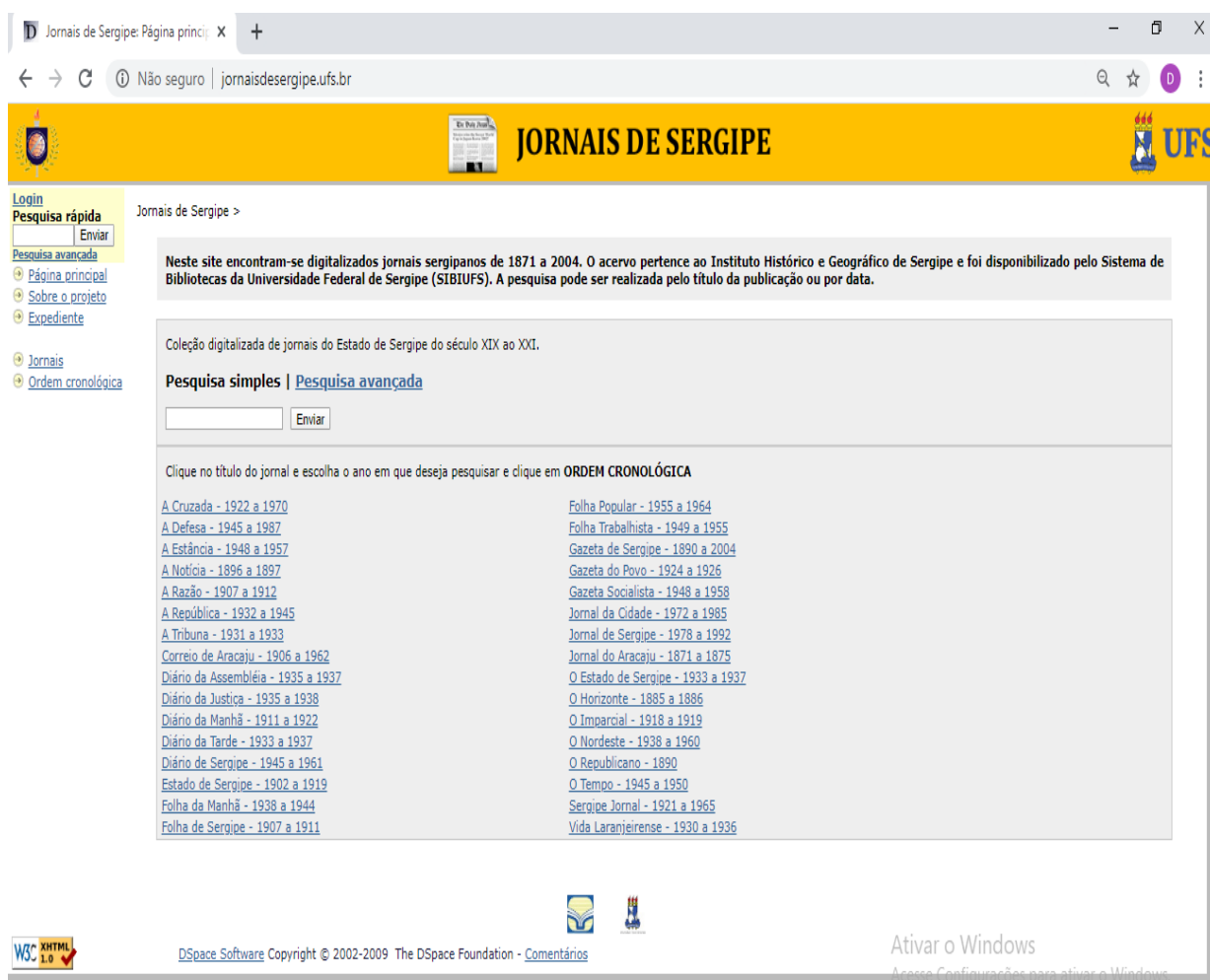
-Descrição da atividade para o professor (a):

O professor (a) apresentará aos alunos o acervo *on-line* da Universidade Federal de Sergipe, explique que ele pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e que lá podemos encontrar vários jornais sergipanos do século XIX ao XXI. Em seguida, abordará brevemente alguns títulos dos jornais disponíveis com a finalidade dos alunos perceberem a grande variedade de fontes jornalísticas e a importância do acervo para a pesquisa e a preservação desses documentos. O docente irá solicitar aos alunos que acessem as edições do jornal *Gazeta de Sergipe*, não deixando de contextualizar a imprensa sergipana durante a ditadura militar e destacar a atuação política do jornal no período estudado. Logo após, os discentes serão orientados a observarem algumas características físicas do jornal e escolherem alguma matéria, cujo conteúdo despertou o seu interesse, essas informações serão registradas no caderno do aluno. Ao final da atividade, os alunos irão compartilhar as experiências com o acervo e os resultados da sua pesquisa.

-
- ✓ Caro (a) aluno (a), com a ajuda do seu (sua) professor (a), acesse o acervo digital da Universidade Federal de Sergipe, por meio do *site*: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>.

- **Faça as atividades propostas:**
- ✓ **A)** Escolha uma edição do jornal *Gazeta de Sergipe* entre os anos de 1968 e 1978 e identifique:
 - Quantas páginas o periódico possui? Ele contém imagens?
 - Quem era o diretor e qual o preço unitário do jornal?
 - O jornal era somente vendido em Aracaju?
 - Quais os principais assuntos que aparecem no jornal?
 - Identifique em que página está localizada o editorial.
 - O jornal possui alguma propaganda? Quais os produtos que mais aparecem?
- ✓ **B)** Identifique no jornal uma matéria cujo conteúdo despertou o seu interesse. Justifique sua escolha, anotando as informações em seu caderno.

Figura 17 – Tela inicial do acervo de jornais sergipanos



Fonte: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, dedicamo-nos a utilizar fontes jornalísticas como recurso didático para o ensino de história, especialmente nas abordagens de temáticas relacionadas ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O jornal escolhido para a pesquisa e elaboração das atividades foi a *Gazeta de Sergipe*, entre os anos de 1968 e 1978.

A pesquisa conseguiu atingir os objetivos propostos, na medida em que discutiu em diferentes perspectivas das questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História. Por meio dela, observamos a posição do jornal em relação à Ditadura Civil-Militar, constatando-se que suas publicações contribuíram para apoiá-la e legitimá-la influenciando, neste sentido, a população sergipana.

Pudemos identificar, na *Gazeta de Sergipe*, diversas matérias publicadas em favor do regime militar, assim como várias estratégias para justificar os atos institucionais desse período, a exemplo do AI-5. Desta maneira, o jornal contribuía para validar as ações desse ato para a sociedade sergipana, buscando a sua aceitação com a intenção de evitar manifestações contrárias. As publicações do periódico auxiliavam a “demonizar” os movimentos de resistência ao regime, desqualificando as manifestações de oposição da forma mais negativa possível, contribuindo para justificar para a sociedade sergipana as medidas repressivas aplicadas pelos militares. Entendemos, ainda, que as propagandas realizadas na *Gazeta de Sergipe* tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares, visando evitar qualquer tipo de contestação, propagando o ideário de “progresso”, “otimismo” e “amor à pátria”.

O trabalho também contribuiu para ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente, já que observamos discursos autoritários presentes nas mídias sociais divulgando uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”. Diante do questionamento inicial da pesquisa, elaboramos um caderno com cinco atividades, desenvolvidas de acordo com as fontes jornalísticas selecionadas, com a intenção de despertar o pensamento crítico do estudante, auxiliando na compreensão desse período da história brasileira. Para que os jovens estudantes, que não viveram aquela época, possam se posicionar a respeito de práticas autoritárias, atuando em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer

circunstâncias. A pesquisa também contribuiu para que os alunos entendam que a ditadura foi um período de grandes violações aos valores democráticos, possibilitando resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A Modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BARBOSA, Marcos Roberto. **A aprendizagem histórica e os professores de história**. Curitiba: Appris, 2017.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, III série, vol. 2, 2001, p. 13-21.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Revista Educar**, Curitiba, Especial, Editora UFPR, 2006, p. 93-112.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In: Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular / Ministério da Educação**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Ministério da Educação**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Livro Didático – História / Ministério da Educação**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O jornal Gazeta de Sergipe: uma contribuição para a história da imprensa**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/O%20JORNAL%20GAZETA%20DE%20SERGIPE.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CHIOZZINI, Daniel; MESQUITA, Ilka; TUMA, Magda. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades. *In*: ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Digressões sobre o ensino de história: memória, história oral e razão histórica**. Itajaí: Maria do Cais, 2007, p. 103-145.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.

DANTAS, Ibarê. Apresentação. *In*: **Catálogo de jornais sergipanos**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), 2004.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

GADOTTI, Moacir. **O jornal na escola e a formação de leitores**. Brasília: Ed. Líber, 2007.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Est: Exclamação: ANPHU/RS, 2010.

GERMINARI, Geyso D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **HISTEDBR**, Campinas, n. 42, p. 54-70, jun. 2011.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ed. Ática (Série Princípios), 2001.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Revista Educar**, Curitiba, Especial, Editora UFPR, 2006, p. 131-150.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. *In*: SILVA, Marcos A. da. **Repensando a história**. Editora Marco Zero. 2. ed. 1984, p. 37-64.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PAES, Helena Simões. **A década de 60: Rebeldia, Contestação e Repressão política**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PERES, Marcus Vinicius Monteiro. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. **Encontros**. Ano 12, n. 22, 1º semestre de 2014, p. 61-79.

QUINAN, Licia. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

REIS, Carla Darlem Silva dos. Gazeta de Sergipe: “Gazeta Combativa”? (1959-1968). **Revista Crítica Histórica**. Ano V, n. 10, p. 37-63, dezembro/2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. O papel da imprensa aracajuana durante o governo militar: análise da Gazeta de Sergipe. **Cadernos do Tempo Presente**. Edição n. 06, 2012.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v.1, n. 2, jul.-dez. 2006 p. 07-16.

SILVA, Marcos. Aprender a ditadura brasileira de 1964 a 1985 (ensino de história depois da casa da morte). In: GUIMARÃES, Selva. (Org.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas: Papirus, 2018.

SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Antíteses**, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, p. 23-36

ANEXOS

Material utilizado para a escrita da pesquisa.

ANEXO A – Discurso do presidente Castelo Branco no Palácio das Esmeraldas no estado de Goiás.

CASTELO PROMETE NORMALIZAÇÃO DA VIDA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

GOIÂNIA, 11 — O Presidente Castelo Branco chegou às 8,30 a esta cidade, rumando logo para o Palácio das Esmeraldas, onde ouviu o Marechal Emílio Ribas Jr. e pronunciou importante discurso. Ao desembarcar no Aeroporto, o Marechal Castelo Branco foi assediado pelo repórter da Rádio Jornal Jorge Abraão, que conduziu o microfone ao Presidente pedindo declarações exclusivas. Foi contudo pelo próprio Castelo Branco, que fez o pedido acenando com o dedo. O Serviço de Segurança embargou o trabalho do repórter e controlou rapidamente a situação.

Ao entrar no salão nobre do Palácio, o Presidente cumprimentou o Arcebispo D. Fernando Gomes, com quem trocou impressões sobre o Concílio Ecumênico. Depois de dar várias audiências, o Presidente passou de automóvel pela cidade, dispensando o Serviço de Segurança. Após o almoço, às 14,30, o Presidente partiu para Anápolis onde convenceu com o Prefeito Jonas Duarte. Castelo retornou a Brasília às 15,45. Antes de deixar Goiânia Castelo conversou durante quinze minutos com sua prima Lena Castelo Branco de quem recebeu parte de um trabalho de pesquisa sobre a família Castelo Branco.

DISCURSO

"que ninguém ignorava quando profundas e velhas raízes da oligarquia política que por todos os modos possíveis — inclusive o da subversão local — se apresentava a sanção popular pelos votos das iniciativas aqui tomadas pela revolução, que sempre preocupada com a preservação dos princípios que a inspiraram, viu-se obrigada a aplicar as medidas constitucionais de exceção e não usadas em nenhuma outra unidade da federação".

"E que o remédio devia estar à altura da enfermidade" acrescentou o Presidente. Continuando, disse e preferências. "O fato se re-

petiu em outros Estados — extraordinariamente valioso — a colaboração do Congresso Nacional, que pelo movimento revolucionário, seus órgãos e direção, desde 31 de março, primordialmente orientado no sentido de assegurar ao país a mais prática das instituições democráticas, começava a normalizar a vida nacional, sem prejuízo de sua evolução social e econômica".

DITADURA

"Certamente — prosseguiu Castelo em seu discurso — e em tal circunstância, não deve ser omitido que nem tudo foram vitórias. Vimos importantes núcleos revolucionários sofrerem rudes golpes em consequência de causas as mais diversas. Mas se devemos assinalar tais fatos e ocorrências, nem por isso deixaremos de reconhecer que representam o preço inevitável a uma democracia, e não podemos pretender que em uma democracia o voto popular não seja infalivelmente a favor, pois o que nos cabe indagar é se tal preço é ou não inferior ao que pagaríamos por uma ditadura, onde o monólogo tomaria o lugar do voto e dos tribunais".

REFORMAS

"Todo o esforço do Governo — continuou o Presidente — por muitas reformas já realizadas, e que de verão representar importantes fatores do progresso econômico e social, tem sido no sentido de preparar o país para o exercício das instituições livres, baseadas na justiça e vontade popular. Dentro dessa orientação,



alme em vigor, permitindo a votação das emendas por maioria absoluta no Congresso, inexistente a necessidade de convocação de outra assembleia".

Fortalecendo o seu argumento, Castelo Branco disse "que o próprio Congresso a ser eleito no próximo ano, com os poderes políticos que lhe conferirá o pleito tem todas as condições para ser uma constituinte".

PRORROGAÇÃO

Falando ainda sobre o pleito, o Presidente da República esclareceu que as perspectivas para este acontecimento, são um dos argumentos que se juntam aos muitos que tornam a-

conselhável a prorrogação dos atuais mandatos.

Finalizando seu discurso disse que "assim, gradativamente o Brasil retornará à vida normal de uma democracia, sistema no qual a temporariedade dos mandatos deve permitir a constante renovação de valores, com a integração das novas gerações nas responsabilidades da vida pública".

O Presidente Castelo Branco ainda teve considerações sobre as eleições no Estado de Goiás, ao mesmo tempo em que agradeceu a maneira como foi recebido pelo Marechal Emílio Ribas Jr. e pelo povo goiano.

ANEXO B – Editorial sobre o manifesto da chapa Renovação da ARENA, para o povo sergipano.

Manifesto ao Povo Sergipano

Os componentes da chapa RENOVAÇÃO, da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — que disputarão em pleito democrático, os cargos do Diretório Municipal do Partido, no município da Capital, vêm manifestar ao povo sergipano a fé que depositam no regime democrático, no discernimento e independência dos eleitores e ao mesmo tempo definir os princípios que os inspiraram a ingressar na vida política e que defenderão, principalmente no caso de serem eleitos.

A Revolução Brasileira, ora em marcha, é um processo de renovação econômica, política e social do País, que se inspira nos anseios da alma brasileira de ver encerrada nesta nação a fase da demagogia, da mera agitação e da corrupção; males estes que vinham minando o organismo nacional e destruindo todo o trabalho construtivo.

Este processo de renovação é irreversível porque, revolucionário por natureza, introduz medidas progressivas de saneamento político, de inovações administrativas e de arregimentação social, dentro de etapas determinadas e de uma base doutrinária que objetiva a democracia efetiva e verdadeira.

Compreendendo este desenvolvimento do processo que agora marcha para uma etapa de plenitude democrática, os empresários os sergipanos procuraram filiar-se nos partidos existentes, tendo em vista que a filiação partidária é o primeiro ato para o exercício de uma verdadeira democracia.

Todavia, não basta filiar-se nos partidos porém levá-los ao cumprimento de seu programa; para que a democracia tenha sentido e possa encarnar-se na

vida nacional com medidas criadoras. Neste desiderato torna-se necessária a ação conjunta de líderes imbuídos de ideal e capazes de contribuir com idéias novas para o trabalho de reconstrução nacional.

Por isso é que, dentro da ARENA, um grupo de empresários se organizou formando a chapa RENOVAÇÃO, constituída pelos que a este subscrevem. É uma chapa que representa um grupo com certa homogeneidade de pensamento e de propósito. Um grupo que está de olhos postos no futuro e vê na política um instrumento de ação para as conquistas do desenvolvimento. Um grupo que se oferece como uma alternativa válida para o povo, o velho quadro das lideranças do Estado, cujos líderes sempre foram os mesmos nas pessoas e nas idéias por elas expostas.

Somos um grupo que não acredita na política clientelista até aqui praticada, porque ela nunca resolveu os problemas do Estado, nem dos municípios. Um grupo que só acredita na administração pública exercida para o desenvolvimento social e econômico da coletividade. Um grupo que condena o carreirismo político e não pleiteia cargos para benefício particular de nenhum dos seus membros, mas exclusivamente para o serviço da comunidade. Um grupo, finalmente, que deseja renovar para construir.

Com estes princípios nos colocamos sincera e serenamente diante dos nossos eleitores, pleiteando os seus votos, assegurando-lhes que estarão assim prestando um serviço a eles mesmos, e conosco; prestando um serviço a toda a coletividade.

Está Mudando Sim Senhor

Só agora o povo passou a acreditar que as coisas estão mudando no Brasil. Sempre o nariz se torcia quando se falava em mudança. Muitos ainda duvidam em face do retardamento das punições. Mas o governo Costa e Silva continua indiferente a essas reações, e vai convocando o Conselho de Segurança Nacional para o exame dos processos que enegam dos Estados.

Na última reunião houve uma certa decepção porque os chefes políticos mais comprometidos com os crimes de corrupção não foram alcançados pelas medidas punitivas. Não entende o povo que essa gente em todos os inquéritos aparece como participante. E por tal, terá os seus processos suspensos até que as investigações se encerrem.

Por isso que o general Muri-
ci, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, adiantou-se em declarações elucidativas que não deixam dúvidas. Afirmo o Chefe Militar que os corruptos dificilmente escaparão. Pode demorar, mas eles serão apanhados na rede da punição.

As reações dos meios políticos altamente comprometidos com a corrupção do País vai diminuindo em face da persistência e obs-

tinação das Forças Militares que não se sensibilizam diante das marotagens dos corruptos. Cada reunião do Conselho de Segurança Nacional os fatos comprovam a marcha da Revolução de 68 nos seus propósitos moralizadores.

No entanto, os meios privados que sempre se manifestaram céticos quanto as medidas moralizadoras só agora se assustam com a ação do Governo através da Delegacia da Receita Federal. Interessante que era habito nos meios sociais reclamar-se contra

os desmandos financeiros e políticos e as resistências em seguir-se o exemplo da Nação Norte Americana que não transige com os sonegadoras de imposto de renda metendo-os na cadeia. Essa conduta já foi adotada no País. Prisões e multas pesadas estão se realizando. Não é atoa o susto daqueles que enriqueceram, adquiriram bens imóveis urbanos e rurais, e agora não sabem explicar de onde vieram os recursos financeiros.

Agora podemos declarar que as coisas estão mudando no País tanto no campo da administração pública, da política, como da vida privada. Melhor será cada um procurar ajustar-se às realidades atuais e mais de pressa possível.

ANEXO D – Pronunciamento do Ministro da Justiça Gama e Silva sobre o Ato

Institucional N° 05.

Gama diz que o Ato visa assegurar tranquilidade

Antes da leitura do Ato Institucional nº 5, o ministro da Justiça, professor Ottoni de Silva, fez as seguintes declarações: "Constatava-se na vida do país uma série de fatos atentatórios aos direitos individuais e a paz e tranqüilidade públicas ameaçadas; tais procedimentos são próprios de uma situação que não permite a reserva para o povo brasileiro. Tais fatos eram um elemento de preocupação constante, que não poderia ser resolvida pelo Congresso da República."

impusemos, como elemento da Revolução de 31 de Março.

E assim Su. Ex. clenc. a o presidente da Republica. após ter ouvido os membros do Conselho de Segurança Nacional, resolveu bruxar o A. In. lincenc. n.º 5 que tem por objecto a de fundamental preservar a Revolução de 1976 de 1984. f. m. de qu. p. a. f. m. a. n. a. e. t. e. c. a. d. a.

intranquilidade, que gera a desconfiança e o desconfi- to, e procura, de qualquer forma, atingir o regime que precisamos defender.

Este Ato Institucional dá ao Governo da República os meios necessários e os instrumentos legais adequados para assegurar a ordem e a tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964.

Esse Ato, que neste momento acaba de ser promulgado e que já se encontra em vigor, será, portanto, o primeiro passo no caminho da implementação de todo o povo brasileiro. E põe o povo brasileiro e em certo de que assim agirá uma única nação: o povo brasileiro. E, finalmente, o povo brasileiro é, Nação: a defesa dos superiores, interesses do povo brasileiro.

Várias fontes de informação, que temunham inquestionavelmente que a revolução era o que os alunos de subversão vinham criando cada vez mais até atingir o próprio Parlamento nacional através do comportamento de membros do partido do Governo, que tinham a responsabilidade de defender, no Congresso Nacional a Revolução de março de 1964, gerando assim esse clima de tranquilidade, e o ambiente de desamargor.

O Governo da República não poderá de forma alguma faltar aos seus compromissos e aos seus deveres para com a Nação e não procurará resguardar de qualquer maneira, ainda que com grandes sacrifícios, aquele regime de paz e tranquilidade, de desenvolvimento econômico, social e cultural, que ora, entre outros, os propósitos da Revolução de 31 de Março.

Em face dos últimos acontecimentos, que são públicos e notórios a respeito de mais variação setorial da vida nacional. Sua Excelência, o senhor Presidente da República: rumo hoje o Conselho de Segurança Nacional para que seja votada uma resolução de caráter: preservar, salvaguardar e defender as ideias da Revolução de Março de 1964.

Durante horas a fio, os membros d'êste Conselho, sob a presidência de Sua Excellência, analisaram todos os fatos que há meses vinham sendo analisados por outros órgãos do Governo e pelo próprio Conselho verificando, desta maneira, a necessidade imediata da defesa dos interesses superiores da Nação e do povo brasileiro, e adotar medidas, na verdade, de caráter excepcional, mas que têm por finalidade cumprir o dever que nos

ANEXO E – Intervenção da Polícia Militar de Sergipe contra assembleia de estudantes em protesto contra as prisões dos seus colegas no XXX Congresso da UNE.

Estudantes Não Decidem Como Protestar Pela Prisão dos Colegas



Choques da Polícia. Milhares eram vistos guardando o Colégio Estadual de Sergipe

NO SEIO dos estudantes sergipanos — tanto secundaristas, quanto universitários, — o dia de ontem transcorreu em calma, embora se notasse uma certa angústia com a sorte dos seus colegas que foram em São Paulo participar do "XXX Congresso da UNE" que culminou com a prisão de toda a cúpula estudantil.

Os universitários, eram os mais apreensivos, embora não se registrasse nenhuma decisão de caráter importante. Algumas faculdades realizaram assembleia geral, mas não houve decisões concretas com respeito a greves ou outras manifestações de protesto. Os estudantes sergipanos aguardam melhores notícias do Sul do País, ou qualquer manifestação vinda do Rio ou São Paulo para, então, poderem melhor decidir.

SECUNDARISTAS

No meio dos secundaristas a preocupação era

ler os jornais, do domingo procurando saber as novidades. No Colégio Estadual de Sergipe houve um princípio ou simples intenção de realizar assembleia geral. A diretora do Colégio, profa. Rosália Basso foi adjetada a exigir o auditorio para tal assembleia.

Ciente da reivindicação dos estudantes, telefonou de imediato para o Secretário de Educação e Cultura e também para o Secretário de Segurança Pública. Minutos após chegava ao Colégio Estadual, o coronel Gildasio, para "saber o que se passava".

Um dos representantes do Grêmio foi convidado a participar de uma reunião com o Secretário de Segurança. Este informou logo sua missão de resguardar os prédios públicos estaduais. Incumbiu Gildasio a este representante de informar aos colegas que não mais seria permitida a ocupação do edifício, do Colégio Estadual ou qualquer outro movimento grevista. Solicitou igualmente que pedisse aos seus colegas que de forma alguma fosse violada uma autoridade.

TARDE

Pela tarde os incidentes voltaram espontaneamente a eclodir, e os estudantes, além de tentar se reunir, foram chutado pela polícia que não só tomou parte do colégio, mas também começou a cercar o edifício, do Colégio. Os estudantes não podendo concluir a reunião, iniciada, ganharam as ruas e ficaram praticando em frente valendo violentamente os policiais e alguns, soltando bombas de "Bão João".

Os policiais aproveitaram a via para trazer mais policiais para o edifício e com os novos canhões, apêndices pelos estudantes do "fanta-laminho grande", cercavam sem qualquer violência o prédio do colégio, não permitindo a entrada no colégio de estudantes, mas detendo os retardatários saíam do CES.

Noite agora, quando encerramos esta edição, ainda os policiais faziam guarda no Colégio Estadual, sendo a situação, no entanto, perfeitamente de calma, e não tendo veracidade as boatos de prisão e de violências.

ANEXO F – Repressão da Polícia Militar às passeatas organizadas por estudantes contra a ditadura.

Polícia Reprime Passeata em SP

SAO PAULO, 8 — Conforme estava previsto, os universitários iniciaram às 13 horas e hoje a passeata programada. Os estudantes dirigiram-se em grupos para os vários pontos da cidade, efetuando comícios relâmpago.

A polícia desde ontem estava em prontidão e durante o dia de hoje postou-se nos pontos estratégicos da cidade com todo o seu material de combate: Cavalaria, Bruta, Rádio Patrulha, Infantaria Motorizada, todos armados de fuzis, metralhadoras e bombas.

COMBATERIA

O movimento decorria em plena ordem, mas com a chegada da polícia, houve correrias. A polícia, usando de violência, procurou dispersar por todos os meios a passeata, atingindo mesmo a população que em grande número se postavam em todos os lugares para verem o movimento estudantil.

A presença militar foi mais violenta na Avenida São João, os policiais espalharam à vontade indistintamente todos que se encontravam pela frente. Segundo as últimas notícias houve grande número de feridos entre manifestantes e populares, havendo sido elevado o número de presos.

As quatorze horas o movimento estudantil diminuiu de intensidade pois houve dispersão e a cidade voltou a calma. O resto da parte do comércio, principalmente onde era maior o movimento estudantil, cerrou as suas portas, para reabrir após a passeata terminar. Grupos de estudantes picharam a fachada de prédios, nas principais ruas e praças de São Paulo.

JI EXERCITO DIVULGA COMUNICADO

O Serviço de Relações

Públicas do II Exército divulgou comunicado antes da realização da passeata estudantil, informando que passará a exercer uma ação combinada com forças estaduais para reprimir qualquer tentativa de perturbação da ordem.

O Comandante do II Exército Cel. Carvalho Lisboa, fez apelo aos pais para que não permitissem que seus filhos se tornassem inocentes joguetes nas mãos dos agitadores, evitando desagradáveis consequências da energia da ação combinada dos governos estadual e federal.

GOVERNADOR FAZ DECLARAÇÕES

O Governador Abreu Sodré declarou antes da passeata que alguns desordeiros continuam em seu trabalho de criar em desordem colocando em perigo a vida do povo nas ruas da capital. Adicionou que organizou dispositivo militar para reprimir qualquer abuso por parte dos agitadores.

As declarações do Governador Abreu Sodré foram feitas antes de seguir para Presidente Prudente, onde juntamente com o Ministro dos Transportes, Sr. Mário Andreazza, foi inaugurar obras de saneamento no rio Paraná.

REPRESSÃO POLICIAL

A cidade ficou completamente tomada por contingentes da força pública, polícia marítima. Agentes do DOPS, Secretaria de Segurança Pública.

A passeata estudantil logo dissolvida ainda na Praça José Gaspar onde teve início, contava em seu cortejo com cerca de oitocentos manifestantes que obedeciam ao grito do seu 'Presidente José Dirceu' 'UNE somos nós'. A força de repressão policial usou todas as armas, bombas de gás e até cas-

setes para impedir o aumento da massa aglomerada em torno dos líderes universitários na saída da passeata.

Toda uma extensa área ao longo do bairro Itapeitinga foi isolada pela polícia enquanto populares atiravam baldes d'água dos altos dos edifícios e se encavagavam de viar policiais. Cavalaria patrulhava a Praça da Biblioteca prendendo indistintamente, estudantes e populares que enchem o caminho.

Um destacamento da polícia marítima invadiu a Galeria Metrópole apreendendo muita documentação. Entre o material apreendido encontram-se várias faixas conduzidas pelos líderes da passeata dizendo 'Ataques à Ditadura', 'Greve contra o Arreio', 'Todo o apelo aos bancários', 'Governo Medíocre'.

DIRETISTAS NEGAM PRISÃO DE COLEGA

Alunos da Universidade Mac Kense ligados à CCC negaram hoje que João Páris, colega seu que esteve preso pelos estudantes de Filosofia durante os acontecimentos da rua Maria Antônia na semana passada pertençam aos quadros da CCC e explicam: 'Se fosse dos nossos não estaria mais preso há muito'.

Segundo esses alunos a CCC age militarmente porque é de formação nacionalista, radical de direito e luta contra a corrupção e subversão de maneira mais eficaz possível.

O comando da CCC afirma que 'não existe só em São Paulo mas em vários outros Estados em toda a sede seja aqui. Caso o membro seja aceito para o movimento terá de contribuir com quinze cruzeiros novos e ser anticomunista exaltado'.

==

Fonte: Gazeta de Sergipe 09/10/1968, p. 01.

ANEXO G – Discurso do governador Hilário Torloni à imprensa sobre o “terrorismo” e das ações da “Revolução” para combatê-lo.

Hilário Torloni: Revolução Esmagará Terrorismo

O Governador em exercício de São Paulo sr. Hilário Torloni, disse aos jornalistas que «os dispositivos de segurança de que dispõe a Revolução esmagarão os intuitos liberticidas do terrorismo e sua escalada. Mas é fundamental a atenção de todos para com os agitadores, para com os exploradores das angústias do povo. Eles querem agravar os problemas, destruir a economia e semeiar o ódio».

Acrescentou o Governador bandeirante, que «não o conseguirão jamais, na medida em que estivermos todos empenhados na consecução dos objetivos da Revolução em realizar o destino do grande Bra-

si, digno de ser vivido por nós e pelos que nos sucederem».

SEGURANÇA

Reveleu o sr. Hilário Torloni que esteve despachando com o Secretário da Segurança Pública e «com quem troca ideias, novamente a respeito sobre o problema da segurança bancária». Mas o sr. Torloni revelou que «o que constrói a revolução ninguém destruirá. Basta nos lembrarmos todos, a cada momento, que a liberdade não admite emenda».

Mas o Governador em exercício, disse que «na semana passada fizera algumas observações pertinentes à segurança dos recursos confiados à segurança dos recursos confiados à guarda dos bancos, bem como à integridade de sua clientela. Hi-

lário Torloni afirmou que há implicações mais graves que decorrem desse episódio e que dizem respeito de perto à própria segurança nacional.

VIOLENCIA

Finalmente revelou o

Governador em Exercício de São Paulo que cobra-se que, para nós brasileiros, pela nossa própria índole, custa acreditar na violência sangrenta entre irmãos. Mas é preciso estarmos permanentemente atentos.

Fatos Policiais

“SERGIPE” E “MÃO DE ONÇA”

Os dois meliantes acima citados, bem como a grande lista dos marginais conhecidos da Polícia sergipana, não podem mesmo gozar umas fériasinhas do xadrez da Secretaria de Segurança Pública. Ora são presos porque furtaram, ora para averiguação, repetindo as estradas da Polícia constantemente, muitas saindo de manhã e voltando de tarde, ou entrando de noite e saindo

de manhã para voltar no outro dia.

Ambos saíram de Sergipe esta semana, sob o “Sergipe” preso para averiguação e solto no outro dia, já tendo voltado sob acusação de furto no Comércio, preso pelo investigador Roberto Azevedo, passando igual acusação contra “Mão de Onça”, que foi preso pelo investigador José Póstimo da Carvalha.

Os dois gatinhos estão sob os cuidados da Inspetoria de Ordem Social,

ANEXO H – Declarações do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, sobre críticas feitas ao Brasil na imprensa estrangeira.

BUZOID: «NINGUEM É PRESO POR PENSAR DIFERENTE»

Em declarações prestadas aos correspondentes internacionais no Rio, o Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, declarou que "ninguém, no Brasil, é preso por, ter pensamento diferente do Governo. No Brasil, não existem presos políticos e, sim; terroristas detidos".

O Ministro compareceu à entrevista para responder a todas as críticas feitas ao Brasil na imprensa estrangeira. Sua decisão de manter contato com os correspondentes enquadra-se na orientação oficial de promover ampla campanha para a criação de uma imagem positiva do País no Exterior.

PERGUNTAS

Mais de 30 perguntas foram encaminhadas ao Sr. Alfredo Buzaid, que preferiu sintetizá-las. Ele reafirmou que não há torturas no Brasil. Ressaltou que a palavra oficial do Governo, não pode ser contestada, dando-se crédito a quem, sendo inimigo do Governo, trata, pela mentira, de criar incompatibilidades entre o Governo do Brasil e as demais nações.

Sobre o número de presos no país, por prática de crimes subversivos, o Sr. Alfredo Buzaid afirmou que não poderia, no momento, revelar exatamente o total, por não ter os dados à mão.

OS ATOS

Uma das perguntas dirigidas ao Ministro referiase à possibilidade de revogação de Ato Institucional, n.º 5 e ao pleno restabelecimento do direito de "habeas-corpus". Respondeu o Ministro que não era a pessoa indicada para tal tipo de indagação. Ao Presidente Médici está afeta a competência de decidir o problema, julgando pela necessidade ou não da adoção da medida, no momento que considerar oportuno. Ele, Ministro da Justiça, não poderia responder.

ESQUADRAO DA MORTE

Quanto ao problema da ação dos Esquadrões da

ANEXO I – Editorial da *Gazeta de Sergipe* em homenagem ao terceiro ano de governo do presidente Médici.

Revolução em Marcha .

O pronunciamento do General Garrastazu, candidato à sucessão do Marechal Costa e Silva, traduz com firmeza a decisão das nossas Forças Militares de levarem a revolução deflagrada em 64, às suas últimas consequências. Acontece que o seu eco se espalhou entre o povo brasileiro, sobretudo entre as camadas mais esclarecidas, como um brado de alerta para a marcha revolucionária ora empreendida. Suas palavras significam e foram compreendidas como um chamado ao povo para a implantação de uma política de desenvolvimento econômico, básica à instauração do regime democrático, "sem aqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais e que acabaram redundando na torrente inflacionária".

Sábias palavras essas lembradas numa hora de convocação com espírito de tolerância e que explicam ser o momento de somação de esforços e não de atirar-se pedras sobre o passado.

O gaúcho, o fronteiriço lembra Getúlio Vargas na sua rebelião às fórmulas liberais clássicas e se lança com um poder de afirmação capaz de silenciar sem um tiro; sem uma violência, a pregação extremista, os atos de terrorismo, a presença das oligarquias em confronto num radicalismo que encontra razões na ação tumultuada do processo revolucionário transigente com as forças da corrupção respaldadora da sub-

versão e orinada da descrença nas instituições nacionais.

Assume o General Garrastazu compromissos com o povo brasileiro, com a Nação, portanto, em termos inequívocos de sinceridade, lealdade, sem subterfúgios, sem máscaras, consciente da realidade, e de que "as reformas das instituições econômicas, sociais e políticas não serão obtidas com simples medidas corretivas ou repressivas, adotadas ao sabor dos tecobiecismos, mas que exige, na verdade, uma revolução".

O que surpreende no discurso bido gaúcho é a ausência total do medo de falar em povo, de apelar para "os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa. E, ao declarar: "Entretanto, insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de Governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal".

Surge, agora, um líder nacional pronunciando coisas simples, mas tradutoras das aspirações do povo brasileiro, de progresso econômico, bem estar social, liberdade democrática e justiça social.

As suas palavras inspiram confiança, induzem colaboração e tranquilizadoras arrastarão essa geração de jovens brasileiros a novas tomadas de posição. A sorte está lançada. Mãos à obra, povo brasileiro.

ANEXO J – Pesquisa realizada por estudantes na qual aponta o presidente Médici como a figura mais importante do Brasil.

Pesquisa aponta Presidente Médici o vulto mais importante do País

Numa pesquisa realizada entre 1.400 alunos do Colégio Batista, Professor Ernani Cardoso, em Banga, com idade entre 14 e 30 anos, o Presidente Médici foi apontado como o vulto mais importante da vida brasileira com 41,6%, seguido de Peé com 19,4% e Getúlio Vargas com 4,8%.

No trabalho, realizado pelo sociólogo José Targino da Silveira, os estudantes deixaram o 4º lugar para Negrão de Lima e Tiradentes, com 4,3%, seguido do Duque de Caxias com 3,5%; em 11º lugar figura D. Pedro I, com 2,3%. Na opinião de alguns sociólogos, essas indicações demonstraram que o jovem de hoje se fan mais no presente do que no passado.

PREFERENCIA

O sociólogo Targino da Silveira explicou que primeiro realizou um trabalho de amostragem, ou seja, grupos de diferentes idades, diante das respostas obtidas no questionário, resolveu entender a pesquisa a todos os alunos do colégio.

Das 1.400 alunos que responderam ao questionário distribuído, 41,3% apontaram a Matemática como a matéria mais difícil e 28,1% a indicaram como a de maior facilidade de aprendizagem.

Na escolha de profissões optaram pelo exercício do magistério com 23,2% segundo da Engenharia com 10,8% e a medicina com 11,8%. A carreira militar obteve 16,9% e o jornalismo 7,5%. Para advogados no 3% se

mostraram interessados, havendo baixo índice de indicação para agrônomo, assistente social, dentista e enfermeiros.

IMPORTANTE

A primeira indicação do questionário era sobre o vulto mais importante da vida brasileira. Para essa pergunta, o Presidente Médici obteve a preferência dos jovens com 41,6%, seguido de Peé, que conseguiu 19,4% na frente de Getúlio Vargas. Negrão de Lima e Tiradentes tiveram 4,3% seguido de Luís Gonzaga da Gama Filho com 4,3% e Duque de Caxias com 3,5%.

Em seguida, vieram Machado de Assis, 3,5%; Roberto Carlos 2,5%; Rui Barbosa 2,4%; Pedro I: 2,3%; Ovídio Cruz 1,8%; Pedro Álvares Cabral 1,2%; Jurema Passarinho 1,0%; Oscar Niemeyer, Vinícius de Moraes e Castro Alves com 0,9%.

O ex-Presidente Costa e Silva e o escritor Jorge Amado obtiveram 0,8%, seguindo-se Monteiro Lobato com 0,5%; Chico Buarque de Holanda com 0,4%; o General Castelo Branco, Juracy de Albuquerque e Siqueira Campos 0,3%. Diversos, 3,2%, resultantes de uma indicação para os seguintes nomes: Gilvan Amado, Gonzaga da Gama, Carlos Lacerda, José Mauro de Vasconcelos, Cecília Meireles, Olavo Bilac, Decotato da Fonseca, Ely Ruyter, José de Alencar, Carlos Drummond de Andrade, J. G. de Araújo Jorge, Ana Néri, De Fim Neto, Vila-Lobos, Marechal Rondon e Estácio de Sá.